

S
UFRJ/IEI
TD44

043281-4

idade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia Industrial



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 44
POR UMA ECONOMIA POLÍTICA DO
TEMPO CONJUNTURAL

José Luís Fiori

Fevereiro, 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



POR UMA ECONOMIA POLÍTICA DO TEMPO CONJUNTURAL

José Luís Fiori



43 - 016377

cinpec
INSTITUTO NACIONAL DE
ESTUDOS E PESQUISAS
DE ECONOMIA INDUSTRIAL

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

INSTITUTO NACIONAL DE
PNPE
ESTUDOS E PESQUISAS DE
ECONOMIA INDUSTRIAL

1 - A CONJUNTURA COMO APORIA

Longe da Economia, a palavra conjuntura vive prisioneira do senso comum. Desvinculada do tempo sazonal da produção agrícola e do tempo cíclico da produção industrial, ela transformou-se, na linguagem usual, em sinônimo de "momento atual", de qualquer espaço de tempo curto, ou, genericamente, de um "encontro de circunstâncias que se considera como o ponto de partida de uma evolução" (Aurelio). Assim, em particular, com as análises jornalísticas e com as discussões políticas do dia a dia.

O mesmo se pode dizer da análise conjuntural. Apenas a Economia, entre todas as Ciências Sociais, logrou realizá-la de forma mais rigorosa. E isso, a despeito das divergências que dividem o pensamento econômico. As demais Ciências Sociais tentaram seguir este exemplo, sem alcançar, entretanto, o mesmo nível de cientificidade no estudo do "momento atual". De forma particular, a Ciência Política ainda não conseguiu estruturar nem mesmo o seu conceito de conjuntura, permitindo com isso que a análise política continue sendo considerada um exercício cujos procedimentos são segredo de profissionais da política, de "iniciados" e de áulicos do poder e dos sistemas de informação. Só eles, controlando códigos intransferíveis, seriam capazes de ler, por detrás dos símbolos contidos em discursos e atitudes, a intencionalidade, as linhas de tendência e as sequências que delimitariam o futuro provável de uma conjuntura.

É certo que as raízes desta dificuldade são profundas. A análise conjuntural exacerbada, levando ao limite, dificuldades que compartilhe com a Ciência Política como um todo. Assim, com a difícil, porém necessária, convivência com as paixões e ideologias conflitantes, bem como com a linguagem e o senso comum que movem a luta política cotidiana. Mais do que nunca, é no estudo do tempo presente que os valores envolvem e prejudicam a isenção necessária à qualquer esforço científico, dificultando a visibilidade de dos verdadeiros atores, motivos e circunstâncias que podem explicar o presente aumentando a previsibilidade do futuro.

Mas, por isso mesmo, é pouco o que se avançou, em política, na sistematização e no cumprimento eficaz do objetivo central de qualquer análise conjuntural, qual seja, a diminuição da imprevisibilidade com vistas ao aumento do controle do comportamento humano.

Qualquer alteração desse estado das artes passa, obrigatoriamente, pela transformação do senso comum e a construção de um conceito rigoroso sobre a natureza da conjuntura política. Fazê-lo implica, contudo, encarar, preliminarmente, os problemas postos pela inventividade humana e pela dificuldade de controlá-la. Só a partir daí podemos avançar, teoricamente, no esforço de antecipar comportamentos e consequências a partir de costumes, decisões e necessidades estruturais. E, avançar, praticamente, no sentido de estabilizar situações de conflito político, objetivo primeiro de toda e qualquer potestade. A raiz última da instabilidade política encontra-se no inesperado do comportamento social, sendo desafio constante para todos os governos, organizações e atores políticos em geral, a sua diminuição através de rigorosa institucionalização das relações políticas, único caminho capaz de aumentar a regularidade das ações sociais.

Mais além dos "usos", "costumes" e "situações de interesse", como nos sistematizou Weber (1977), nascem os sistemas legais autoritários ou democráticos no intento de reduzir a um mínimo a margem de liberdade por onde irrompe, sem cessar, o imprevisível. Quando se diluem os costumes, se fragmentam os interesses e não se homogeneizam mecanismos de socialização capazes de criar um "sentimento de dever" com relação a uma ordem política válida porque legítima, resta apenas, para os governantes, o uso da coação como forma de enquadrar a rebeldia dos atos individuais. Sem pactos sólidos nem convenções democráticas consensualmente aceitas, abre-se o espaço para o avanço do autoritarismo, que, através de exaustiva regulamentação do quotidiano, busca no uso da força o fundamento para uma ordem política estável. Assim com os governantes, assim com todos os demais atores políticos, que movendo-se no espaço-tempo conjuntural, querem controlar o desenvolvimento da ação dos demais com vistas à imposição de seus interesses particulares.

A própria ordem legítima e orgânica, entretanto, não é capaz de dissolver a dificuldade fundamental: o caráter esfingético da imaginação criadora e da fantasia, fontes últimas de toda e alquer inovação. Nelas esconde-se a impenetrabilidade do tempo conjuntural, a resistência mais tenaz ao seu enquadramento racional. Construir o futuro é um ato de fantasia e, por isso, analisar o presente conjuntural é uma proposta tão desafiadoramente complexa: trata-se de analisar a fantasia, racionalmente, sem aceitar dissolvê-la autoritariamente.

Atores e analistas movem-se num tempo presente que é condensação do passado vivido e conhecido e de um futuro que, sendo desconhecido, desejam prever. Na conjuntura, ambos experienciam o tempo como fluxo, e a estrutura como construção. Um passado separado e distinto de um futuro que vinculam às suas decisões, conquanto não sejam capazes de antecipar todas as suas consequências. A conjuntura, por isso, é, para os atores, luta permanente por controlar a incerteza. Do ponto de vista destes, tanto quanto dos analistas, o problema central é o mesmo: a invenção e a fantasia, como obstáculos ao projeto de controlar racionalmente o imprevisível.

À sombra desse projeto, queremos enquadrar o mundo do imaginário, nascem as teorias fundadas na hipótese das "expectativas racionais". Sugeridas, originariamente, por Weber e traduzidas muito mais tarde por Muth (1961), para o campo da economia, atraem, hoje, a atenção de todas as Ciências Sociais. Supondo que todas as informações possam ser articuladas com base em dados estatísticos e que as expectativas possam ser expressadas em termos de distribuições probabilísticas, estas teorias concluem que as expectativas subjetivas devem identificar-se com as distribuições objetivamente estatísticas. Donde, por um caminho banalmente circular, dissolvem a incerteza e, com ela, o futuro como espaço-tempo desconhecido. Glorifica-se a experiência passada em modelos que desconhecem a precedência das decisões com relação a suas consequências, aludindo o fato de não possuímos um conhecimento cabal de todos os seus possíveis efeitos. No momento da decisão, o que temos são apenas expectativas.

Contra aquela hipótese não se afirma o caráter irracional ou ilógico do tempo histórico. Pelo contrário, afirma-se a existência de uma sucessão temporal que sendo lógica, é irreversível e irrevogável. Apesar de haver um desdobramento racional entre dois momentos sucessivos, A e B, o momento B não é dedutível do momento A segundo canones de racionalidade lógico-formal, como na hipótese das expectativas racionais. O momento A está grávido do momento B, mas entre os dois medeia, no processo de construção histórica, a invenção e a imaginação criadora. Daí porque, como na microfísica de Heisenberg, também no microtempo da conjuntura existe um alto grau de permanente indeterminação, lugar onde se aninham as raízes últimas de toda a fantasmagoria político-ideológica.

Assim, segundo uma perspectiva histórica contrária à das expectativas racionais, cada momento implica uma percepção única do passado e expectativa do futuro, sendo as decisões tomadas no presente, logicamente independentes de suas consequências. Os atores históricos assim como os analistas políticos, não conhecem, já mais, todas as alternativas futuras possíveis, nem controlam, tampouco, toda a informação disponível sobre a situação presente. E o que é mais importante e definitivo, movem-se sobre um tempo histórico que é irreversível e irrevogável.

Com estes supostos devemos trabalhar quando queremos, desfazendo-nos do senso comum, construir um conceito adequado do tempo conjuntural. É no interior deste tempo, que flui como presente, que atores e analistas procuram controlar a incerteza futura traçando em suas expectativas trajetórias possíveis para a ação dos demais e para o desdobramento global da situação vivida. E isto, em contextos consensuais tanto quanto em ordens autoritárias.

Num caso — o consensual — as relações sociais dominantes serão de luta, mas uma luta pacífica ou regulada. No outro, a luta tenderá a extravasar a mera competição adquirindo uma forma aberta, muitas vezes descontrolada e tendente a um enfrentamento de tipo soma-zero. No primeiro caso, os atores tenderão a ser mais orgânicos, constantes e "racionais" em sua ação; no outro, os

atores reais do conflito político tenderão a uma fragmentação múltipla e variável através do tempo, surgindo, como unidade de análise, no mais das vezes, grupo e cliques com baixíssima organicidade. Em ambos os casos, entretanto, se sobreporão às ações tipicamente "racionais com vistas a fins", outras "racionais com vistas a valores" ou simplesmente "afetivas" ou "tradicionais". Sendo impossível traçar previsões que se movam sobre uma trajetória dada pela simples adequação ótima de meios a fins. No limite, não se trata apenas de atores que desejam "impor sua própria vontade contra a resistência dos demais" (Weber, pg.31) numa luta competitiva, mas de uma multiplicidade inorgânica de atores que desejam a imposição de seus interesses à revelia de toda e qualquer regra, baseados apenas em sua vontade e imaginação.

Sendo, assim, previsível que, quanto menor o grau de aceitação ou permanência das leis vigentes, maior será o grau de incerteza a ser controlada. E, quanto maior a inorganicidade dos atores, maior a quantidade de grupos, organizações e cliques desejosos de controlar a situação impondo suas próprias e particulares previsões. Onde, quanto menos eficiente um sistema legal e fragmentado o mundo dos interesses, menor a possibilidade de uma estabilização que resulte da aceitação de um conjunto de previsões que hegemonizem as expectativas coletivas. Nestes casos, as expectativas mútuas tenderão a ser de constante ameaça, e a visão que os atores construirão sobre a situação será a de uma crise permanente, porquanto não haverá consenso nem hegemonia, e o simples uso da força demonstrar-se-á, no longo prazo, extremamente frágil e impotente.

Também é previsível, pois, que quanto maior a instabilidade das normas e instituições, maior, também, a dificuldade de organizar uma análise eficaz do tempo conjuntural. Até porque, nestas situações, os partícipes na ação mutuamente referida, não atribuirão o mesmo sentido a suas ações, inexistindo um mínimo de reciprocidade. Nestes casos, "então, unem os partícipes a sua conduta um sentido diverso: a relação social é assim, para ambos os lados, objetivamente unilateral. Assim mesmo, não deixa de estar referida na medida em que o ator pressupõe uma determinada atitude

de de seu contrário frente a ele (errônea quiçás, no todo ou em parte) e a partir dessa expectativa orienta sua conduta, a qual basta para que possa haver consequências, como as há no mais das vezes, relativas ao desenvolvimento da ação e à forma da relação" (Weber, pg.22). As expectativas assumem, aqui, um papel de primeira importância, ampliando o espectro de dificuldades. São expectativas que não convergem, necessariamente, construídas por inumeráveis atores com baixo grau de organicidade e permanência em seus objetivos, programas e estratégias. Mas são, por outro lado, essas expectativas as que movendo os atores, definem o horizonte futuro de um tempo conjuntural que ainda não transcorreu completamente. Sim, pois é neste espaço de um futuro ainda não vivido que germina o "mundo do imaginário", cumprindo às expectativas trazer ao "presente inacabado" dos atores uma imagem ativa do futuro, orientando sua ação e dissolvendo sua ansiedade causada pela incerteza do desconhecido. São as expectativas, pois, que fazem do futuro, um elemento ativo do presente, introduzindo no espaço-tempo conjuntural, uma dimensão, que apesar de não vivida, é da maior importância para a compreensão daquilo que está sendo vivido. Em síntese, sem a análise e compreensão das expectativas que os atores políticos se traçam, não há possibilidade de previsão, não existe análise político-conjuntural possível.

Agora bem, a construção desta "imagem esperada do futuro" não é absolutamente aleatória. Obedece a certa lógica na mesma medida em que obedece a certos cânones e determinações. São construídas em base a informações analisadas e reelaboradas segundo códigos ideológico-doutrinários, no contexto de uma perspectiva estratégica e a partir de uma imagem e avaliação do passado. Tudo isso movido por interesses, que por mais fluidos e circunstanciais que sejam, são passíveis de um conhecimento objetivo: Ainda mais, constroem-se normalmente, em torno ou a partir de determinados desafios que, mesmo na inexistência de um consenso feito lei, logram organizar e homogeneizar, minimamente, o eixo problemático das expectativas e da conjuntura.

A presença ativa de expectativas, como esforço para organizar a incerteza, define a diferença epistemológica fundamental

entre o conhecimento de uma "conjuntura atual" e uma "conjuntura passada". Numa, o conhecimento acompanha o movimento de sua construção; frente à outra, o analista esforça-se para fazer uma adequada reconstrução. Numa, partindo dos motivos, decisões e determinações estruturais conhecidas, procura prever consequências. Frente à outra, conhecendo as consequências, procura explicá-las, reconstituindo a trajetória de suas razões desconhecidas.

A dificuldade maior na reconstrução de conjunturas passadas, está dada pela indefinição de seus limites. Na ausência de uma teoria que dê conta do movimento dinâmico da conjuntura, tende-se ao privilegiamento das determinações estruturais, aparentemente consagradas, pelo que efetivamente aconteceu. Dissolvem-se as incertezas vividas pelos atores naquele momento, e consagra-se a inevitabilidade do que realmente ocorreu, caindo-se, no mais das vezes, na falácia da "consequência". Os limites temporais são aparentemente claros, assim também os atores e suas expectativas, hoje transformadas em acontecimentos que dificultam o conhecimento do que elas foram e do papel que realmente cumpriram.

A dificuldade maior para o conhecimento de "conjunturas atuais" está, exatamente, em seu tempo não vivido, materializado em expectativas cuja dinâmica, muitas vezes, escapa à nossa observação. Qualquer teoria que queira, contudo, dar conta do problema posto pelos limites temporais de uma conjuntura, terá que equacionar o problema das expectativas. Por isso, enfrentar-se ao nó gordão da conjuntura atual — a incerteza futura — implica, por derivação, esclarecer o tempo das conjunturas passadas.

É indiscutível, nesse sentido, que a análise conjuntural padece da falta de monumentos. Mas também é certo, que a análise histórica, muitas vezes, sofre a falta da "incerteza".

Definir os limites factuais do tempo conjuntural passa, pois, pela redução teórica do mundo imaginário das expectativas, mas passa antes, pela sua demarcação espacial. A exigência analítica de reduzir o número de fatores e atores a serem considerados, corresponde à realidade efetiva de que apenas alguns, entre eles,

têm peso real na condução dos acontecimentos. Delimitá-los é uma tarefa teórica sem a qual a análise político-conjuntural não se diferenciaria do trabalho executado por qualquer sistema nacional ou policial de informações. Tarefa que se faz ainda mais difícil e necessária quando sabemos que o contexto político significativo de qualquer conjuntura inclui, hoje e cada vez mais, um espaço transnacionalizado, fazendo com que atores, informações e valores externos, geograficamente, às políticas nacionais tenham um enorme peso na evolução de qualquer conjuntura política "nacionalmente considerada". O poder disputado é ainda nacional, mas os atores e suas expectativas, se constroem dentro de horizontes culturais, ideológicos e informativos internacionalizados. Amplia-se, pois, de forma quase infinita o número de fatores e circunstâncias a serem eventualmente considerados.

Só um exigente esforço de construção teórica poderá delimitar o espaço e tempo da conjuntura política, explicando a natureza de sua dinâmica endógena, a partir do peso relativo, nela assumido, pelas decisões dos atores e pela ação de forças inconscientes, independentes de suas vontades. Só através daquele esforço teórico, poderemos deslindar as complexas relações estabelecidas, em cada conjuntura, entre os sentidos e motivações dados pelos atores a suas ações e as necessidades ou tendências estruturais, se parando analiticamente, com um máximo de nitidez possível, as interseções estabelecidas, estrutural e conjunturalmente, entre as relações econômicas e as relações políticas.

A partir destes elementos teóricos reaparecerá o problema da temporalidade, agora revisto e alicerçado conceitualmente, permitindo-nos pensar o recorte específico da conjuntura política à luz das duas relações sociais de luta possíveis. A do confronto aberto, tendente à bipolaridade e à eliminação de um dos participantes, cujo modelo clássico é a Guerra. E, a do confronto regulado, tendente à uma competição plural, auto-regulada, e não obrigatoriamente excludente, cujo modelo clássico, ainda que fictício, é o da Economia de Mercado. Entre esses dois limites extremos, situam-se, certamente, as relações de poder, próprias ao conflito político, nem sempre regulado, mas tampouco tendente, necessariamente, à bipolaridade de tipo soma zero.

2 - NA BUSCA DO MÉTODO

2.1 - A Guerra como situação limite

Foi Clausewitz quem, com sua afinada percepção, viu na guerra uma "simples continuação de política por outros meios" (Clausewitz, 1979). Por isso, ao teorizá-la, não apenas sistematizou, conceitualmente, uma situação específica de conflito aberto, como também ofereceu elementos para pensar situações genéricas de luta entre forças dotadas de capacidade de iniciativa e resposta, organizadas em função da maximização da eficácia no logro de seu objetivo central: a imposição da própria vontade. Como Gluksmann bem o viu, Clausewitz, em sua obra, nos desvela uma "guerra presente em todas as guerras e mais verdadeira que cada uma delas. A possibilidade de elevar o conceito da guerra acima da multiplicidade caótica das guerras observadas está dada pelo lugar decisivo que ocupa em todas as batalhas" (Gluksmann, 1970).

Sua teoria generaliza uma forma extremada de relacionamento social: o duelo, realizado em um espaço específico, o campo de batalha, em um tempo peculiar, o estratégico. Neste espaço os atores se inter-relacionam na perspectiva de uma grande e decisiva batalha final, onde uns imporão sua vontade aos outros, mediante seu desarmamento, através do uso da violência. Embutido neste objetivo final, conflitivamente comum a todos, há uma tendência inevitável à bipolarização do confronto, entre dois atores organizados, com comandos centralizados, encarregados de planejar um conjunto heterogêneo de ações articuladas por um plano estratégico, visando a máxima acumulação de forças para o enfrentamento decisivo. Como esse se dará segundo regras de "tudo ou nada", ambos os lados são constrangidos, pelo contexto bélico, a um comportamento similar de adequação crescentemente racional de meios a fins. Ambos vêem, na imposição de sua vontade, o conteúdo político da vitória final, conseguida depois do desarmamento ou eliminação do adversário.

A guerra, contudo, "não é nunca um ato isolado", nem "consiste num só golpe sem duração", implicando, pelo contrário, inu-

meráveis decisões e atividades não simultâneas. Apesar das incertezas reinantes, todos os participantes têm o mesmo objetivo e expectativas convergentes, formulando, com base nelas e num fluxo contínuo de informações, os cálculos que orientam as decisões, as quais, apesar disto, obedecem, também, a um resíduo imprevisível de criatividade própria do "gênio militar". Nisto quem tem a última palavra é a prova de força que, com vitórias e derrotas, sanciona as expectativas, cálculos e planos traçados pelos comandos unificados, a quem cabe definir "os centros de gravidade nevrálgica" do adversário, estabelecendo a partir daí um plano articulado de iniciativas visando a destruição do adversário.

A duração que se estende até o enfrentamento final constitui-se no tempo estratégico, cujo desdobramento materializa, através de múltiplas ações e enfrentamentos parciais, sucessivos tempos táticos. A questão teórica central, para nossos objetivos, está posta, exatamente, pelo complexo interrelacionamento existente entre esses distintos "tempos", dado não se tratar de um mero desdobramento cronológico. Sua riqueza, aliás, advém de sua natureza lógica, por isso teoricamente construível.

Segundo Clausewitz, "a guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação desta violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, donde resulta uma ação recíproca, que, enquanto conceito, deve ir aos extremos. Tal é a primeira ação recíproca e o primeiro extremo que se nos deparam" (p.75). Este o teorema número um da teoria: a tendência necessária de "ascensão aos extremos" (Gluksmann, p.38). Em síntese, qualquer hostilidade, mesmo embrionária e limitada, ao nível das intenções gera uma dinâmica precautória que, movida pelas expectativas interatuantes dos dois grupos, acaba conduzindo o conflito, por uma lógica de radicalização progressiva, a um duelo à morte. Há uma lei de ferro que move e explica todas as decisões — a certeza de um acerto final violento e definitivo. Nesta perspectiva, todos os enfrentamentos táticos parciais se articulariam através de uma lógica irrefreável, numa pendente que as conduz ao veredito final, na hora da verdade estratégica.

A genialidade dos comandos se mede pela sua capacidade de adequar este tempo lógico ao tempo cronológico do espaço real. Tempo e espaços envolvidos de forma cada vez mais inclusiva na dinâmica da guerra total. Entretanto, como Clausewitz reconhece, "a guerra nem sempre deve ser considerada como um caso absoluto... e qualquer ato de guerra deixa assim de estar submetido às leis estritas que impelem as forças aos extremos... Deste modo, o objetivo político como móbil inicial da guerra fornece a dimensão do fim a atingir pela ação militar." Volta-se à dimensão política da guerra, impondo-se-lhe objetivos que limitam, dificultam ou postergam muitas vezes a meta final do duelo. Reaparece o seu caráter instrumental e protela-se a eficácia da lei da "ascensão aos extremos", mantendo-se latente sua validade como tendência irreprimitável. Redefine-se o papel do estrategista, já agora tendo que adequar seu tempo lógico ao "tempo político".

Na limitação da eficácia da lei tendencial de radicalização pesa, entretanto, além da decisão política, o efeito equilibrador do segundo teorema da teoria: o da "dissimetria das ações ofensivas e defensivas" (Gluksmann p.41). Sendo o "ataque e a defesa duas coisas de natureza diferente e de força desigual, a polaridade não se lhes aplica" (Clausewitz, p.83). Na ofensiva jamais existe equilíbrio. Este só é viável quando um dos parceiros adota uma postura defensiva capaz de anular nas expectativas do outro a certeza sobre a eficácia de seu ataque. Tal empate, que sem dúvida resulta de uma opção política pela paz, é o único matematicamente capaz de sustentar uma trégua prolongada.

Não nos aprofundaremos nessa questão, no entanto há um ponto que nos parece importante: a partir desta nova realidade não desaparece a eficácia da primeira lei. Ao contrário, fica apenas sustado, ativando um outro tipo de guerra de observação, muito próximo, em sua essência, de toda e qualquer ação política. Aqui, o lugar da observação de Clausewitz quando diz "se se pensa que a guerra resulta de um desígnio político, é natural que este motivo inicial de que ela é o resultado continue a ser a consideração primeira e suprema que ditará sua condução. Todavia nem por isto o objetivo político é um legislador despótico; terá de adaptar-se à

natureza dos meios de que dispõe, o que leva, frequentemente, à sua completa transformação, mas sem que deixe de permanecer na primeira linha das nossas considerações" (p.87). A guerra, quando protelada, politiza-se e, da mesma forma, a política quando acirrada beliciza-se. Pela eficácia do primeiro teorema os recursos materiais de força — os armamentos e outros — desenvolvem-se até o ponto em que a batalha final acaba sendo, permanentemente preterida, pela ameaça da destruição total e conjunta. Com isso, a guerra transforma-se em um estado de latência constante, permeada pela política.

Daqui nasce a idéia de que o tempo político aparece seja — como muitos o vêem — a mera duração da espera ou protelação da batalha final. Suas distintas conjunturas sobrepor-se-iam, nesta perspectiva, aos momentos táticos, definindo-se sua natureza como progressiva preparação do conflito definitivo.

Acercamo-nos, por esse equívoco, ao ponto essencial: a contribuição possível da teoria da guerra à clarificação do conceito do tempo político. Impondo-se a especificação de algumas particularidades que fazem da guerra uma situação limite, impedindo as aproximações e analogias ligeiras entre os seus tempos e os da luta política.

No fundamental, há que ter presente, como já vimos, que a despeito de qual protelação, "a ascensão aos extremos, forma absoluta da guerra, constitui-se no ponto de referência, com relação ao qual se mede toda limitação da guerra. De um só golpe se assegura a objetividade de um cálculo se impõe bilateralmente; a racionalidade da polarização determina a matéria do cálculo, idêntica para os dois adversários" (Gluksmann, p.44). Neste sentido, os "momentos táticos" que recortam o tempo estratégico, conformam, verdadeiras "conjunturas belicosas". E a análise conjuntural, nesta perspectiva, se transforma em um cálculo tático. Entretanto, esses momentos, apesar de articularem-se em torno de enfrentamentos parciais, dependem, em seu recorte cronológico, das intenções e planos dos comandos unificados. Até porque, como reconhece o próprio Clausewitz, "podem produzir-se casos em que vários recortes

possam ser considerados como um só" existindo aí uma complexa "transição gradual". Apenas o plano estratégico, propriedade sigilosa dos comandos, é capaz de estabelecer o espaço e o tempo de cada conjuntura tática. A diferença da política, aqui o tempo é construído, conscientemente, por dois comandos apenas, unificados pela racionalidade da polarização, que impõe uma matéria de cálculo idêntica aos dois adversários. No conteúdo objetivo e unificado deste cálculo comum está o segredo viabilizador da teoria da guerra.

Uma teoria que trabalha, em primeiro lugar, sobre uma relação explícita de conflito aberto pelo poder, uma relação de força que no limite chega à soma zero pelo uso da violência física. Em segundo lugar, uma teoria que supõe uma situação de bipolaridade de em que os atores possuem objetivos comuns e excludentes. Em terceiros, uma teoria que trabalha com dois tempos que se articulam em função de uma meta e de um momento final estabelecido arbitrariamente por comandos que planejam a ação coletiva. Tempos cujo significado último está dado por sua convergência na guerra e não em uma crise, na destruição e não no reequilíbrio. Por isto, no contexto desta teoria, as incertezas futuras são reduzidas a um mínimo, permitindo a homogeneização e cálculo das expectativas, unificadas pela espera-busca do enfrentamento final. As ações são rigorosamente "racionais com vistas a fins", na linguagem weberiana.

Quando, por uma situação de "equilíbrio catastrófico", protela-se a batalha final, politizam-se, como vimos, os tempos intermediários, sem que desapareça, entretanto, a eficácia da lei da "ascensão aos extremos". Segue vigente a "razão militar" — muitas vezes em choque com a "razão política" — mantendo-se em mãos dos estrategas o poder construção e delimitação dos tempos.

Quando, entretanto, a batalha final é postergada indefinidamente, dissolve-se a rigidez dos suportes da teoria, por causa da intromissão de fatores "exógenos", capazes de alterar politicamente, os objetivos, as regras e os tempos, multiplicando o número dos adversários e das racionalidades em conflito. O tempo já não é mais comandável arbitrariamente. Liberta-se do controle

racionalmente planejado dos estrategas. A guerra que nascerá como prolongamento instrumental da política reencontra-se com sua origem. A análise conjuntural, que na teoria da situação limite coincide com um cálculo tático altamente rigoroso, readquire, na ausência de um tempo comandado, a sua opacidade. E isto porque não apenas multiplicam-se as racionalidades em conflito, como reaparece no primeiro plano, comandando as ações coletivas, a "irracionalidade" própria das paixões e da fantasia.

2.2 - O Mercado como tipo ideal fictício

"Numerosas regularidades muito visíveis, no desenvolvimento da ação social, especialmente da ação econômica, não descausam em uma orientação dada por normas válidas, ou no costume, se não que apenas nisto: em que o modo de atuar dos partícipes, corresponde em seu termo médio, por natureza e da melhor maneira possível, a seus interesses normais subjetivamente apreciados, orientando-se sua ação precisamente por essa opinião e conhecimentos subjetivos; assim, por exemplo, com as regularidades na formação de preços no mercado. Os interesses no mercado orientam sua ação — que é meio — por determinados interesses econômicos próprios, típicos e subjetivos — que representam o fim — e por determinadas expectativas típicas, que a previsível conduta dos demais permite esperar — as quais aparecem como condições da realização do fim perseguido. Na medida em que procedem com maior rigor em sua atuação racional com vistas a fins, são mais análogas suas reações na situação dada; surgindo desta forma homogeneidades, regularidades e continuidades na atitude e na ação, mais estáveis, muitas vezes, que as que se dão quando a conduta está orientada por deveres e normas tidas de fato como obrigatórias num círculo de homens. Esse fenômeno: o que uma orientação pela situação de interesses, tanto próprios como alheios, produza efeitos análogos aos que se pensa obter coativamente — muitas vezes sem resultado — por uma ordenação normativa, atraiu muita atenção, sobretudo no domínio da economia; e mais, foi precisamente uma das fontes do nascimento da ciência econômica. Entretanto, tem validade, de modo análogo, para todos os domínios da ação (...). Um elemento essen-

cial da racionalização da conduta é a substituição da submissão íntima ao costume, feito carne, por dizê-lo assim, pela adaptação planejada a uma situação objetiva de interesses" (Weber, p.24).

Se a Guerra define a situação limite de uma luta "violenta" e polarizada, onde as expectativas e ações se fazem, cada vez mais, racionais com o objetivo da destruição mútua; a Economia de Mercado constituir-se-ia no tipo ideal de uma luta "pacífica", onde a competição, entre uma multiplicidade de atores, obrigaria a ações cuja racionalidade conduziria ao equilíbrio, à eficácia e à felicidade de todos.

A existência de uma multiplicidade de atores — indivíduos e empresas — na busca de um objetivo consensual — a valorização do valor ou a maximização do lucro, por meio da concorrência de preços, em um mercado livre — daria lugar, sem dúvida, a um modelo de atividade humana racional, onde se veriam dissolvidas todas as diversidades, assincronias e "heterodoxias" da subjetividade individual, homogeneizadas por uma situação de interesse comum. Assim como na guerra, se reduziriam as incertezas, na medida em que as expectativas seriam convergentes, ainda que competitivas. E isto porque, a concorrência no mercado, livre e perfeito, anularia o mundo das paixões abrindo portas a comportamentos previsíveis porque racionais. A meta seria a maximização das vantagens individuais, mas estas, submeter-se-iam a um mecanismo regulador e equalizador, onde o virtuosismo cederia lugar à eficácia e onde toda ineficácia seria castigada, na mesma moeda com que se premiariam os vencedores. Mecanismo de auto-regulação sistêmica, encarregado de definir os preços, feliz ponto de convergência e interação das múltiplas forças em concorrência, fiel indicador das transações ocorridas no mercado de bens e serviços. Com base neles, indivíduos e empresas estabeleceriam suas projeções reajustando permanentemente suas ações. Com base neles, homogeneizariam as infinitas expectativas individuais.

Por fim, segundo esta concepção, o sistema econômico se reproduziria num movimento pendular, voltando sempre a um ponto ótimo, de equilíbrio, demarcando o início e o fim de uma duração

reversível, perfeitamente reproduzível, por uma modelística forma lizante e matematizada. No limite, esta representação do mundo econômico eliminaria a subjetividade e a historicidade, dissolvendo o problema do tempo, reduzido à duração existente entre dois pontos de equilíbrio.

Nesta perspectiva, o tempo conjuntural seria qualquer período cronológico em que os preços e todos seus valores derivados pudessem entregar-nos um retrato do "estado dos negócios", mais ou menos próximo da desejada situação de equilíbrio.

No movimento dos preços encontrar-se-ia a chave do diagnóstico da atividade econômica em seu conjunto: produção, intercâmbio, emprego, rendimento etc. Através deles, far-se-ia uma leitura "sintomal" da conjuntura, deduzindo-se no suposto da tendência ao equilíbrio o sentido do movimento estrutural do sistema.

A realidade econômica, entretanto, não parecera ser tão simples como surge implícita na visão weberiana. A própria teoria não é consensual com relação a estes aspectos de seu objeto. Muito antes, contudo, que a crítica teórica destruísse a platitude e a dênica do sonho walrasiano, a história real da economia capitalista encarregou-se de demonstrar o caráter fictício daquele tipo-ideal, onde uma situação de interesses comuns, ainda que competitivos, logra uniformizar uma infinidade de comportamentos individuais, numa temporalidade que, por sua recorrência, se faz logicamente reversível, reduzindo a um mínimo residual, o problema das expectativas frente à incerteza futura.

Não cabe aqui revisar a história dos fatos e das teorias econômicas. Basta que tenhamos presente o inquestionável movimento real do capital, que, concentrando e centralizando, através de movimentos cíclicos e crise periódicas, oligopoliza, de forma crescente, estrutura produtiva, alterando as regras da competição, ampliando a intervenção estatal na economia, fazendo dos preços um valor administrado e, finalmente, desfazendo a ficção de um mercado auto-regulado.

Essa nova realidade, com suas crises e guerras, refez no pensamento econômico, a imagem do capitalismo. Nesse novo mundo — agora de forma visível — os agentes econômicos já não são equiparáveis. Pelo contrário, têm pesos e forças diferentes, sendo capazes, alguns, de determinar arbitrariamente o movimento dos preços, condicionando os demais fluxos da atividade econômica. E isto, através de sua ação direta ou pela intervenção do Estado.

A economia, separada do Estado por uma história real repleta de matizes obscurecidos pela cirurgia teórico-doutrinária executada pelo pensamento liberal, reencontra no mundo concreto sua dimensão eminentemente política. As relações econômicas deixam transparecer, agora de forma mais nítida, o fato de serem também correlações de força. Os preços já não resultam do jogo de cegueira entre a oferta e a procura, e, por isso, não são mais um sintoma que retrate de forma fiel e autônoma, a atividade econômica como um todo. Caem os supostos básicos do modelo que inspira a reflexão weberiana. Tempo e poder reaparecem como dimensões fundamentais da atividade econômica. A duração econômica, como decorrência, já não é a da temporalidade pendular, fechada e recorrente, movendo-se entre dois pontos de equilíbrio quaisquer. Assumem o seu lugar, em importância, o problema das crises e do movimento expansivo do capital. Repõe-se, de forma absolutamente distinta, a questão do tempo conjuntural e da racionalidade das expectativas e ações dos agentes econômicos.

Na verdade, a preocupação com a conjuntura econômica é filha direta desta nova feição que o capitalismo assume a partir da segunda metade do século passado. Mobilizado pela reiteração periódica das crises, que se sucediam de maneira visivelmente regular no capitalismo industrial, o pensamento econômico formula sua teoria dos ciclos, com o objetivo de prever, para controlar, o aparecimento das crises. Na esteira deste esforço, aparecem, já neste século, os primeiros centros especializados no estudo da conjuntura econômica.

Nasce uma nova imagem do tempo econômico, pautado por ciclos que, sendo recorrentes em sua forma, não são reversíveis, cons

tituindo-se em etapas de um movimento cuja tendência não é ao e equilíbrio. Tempo descontínuo, construído por atores desiguais, com incertezas e expectativas nem sempre racionais.

Agora, as conjunturas já não são qualquer momento cronológico, arbitrariamente definido. São momentos de um movimento maior: o dos ciclos. Cada um contém, simultaneamente, múltiplos tempos dependendo de sua localização em diferentes etapas do desdobramento de diferentes ciclos. Não é possível delimitá-los, pois, sem uma adequada construção teórica sobre os ciclos e sem um pro fundo conhecimento concreto dos processos estruturais historicamente localizados e datados.

O analista move-se, agora, frente a um movimento reprodutivo em expansão, numa progressão de ciclos e crises tendenciais. As conjunturas são movimento, transformação e iniciativa, ocorridos numa duração em que se sucedem, necessariamente, expansão, au ge, e crise. A análise conjuntural implica, nesta perspectiva, uma correta identificação estrutural da força relativa dos distintos atores — incluído aí, o Estado — sem o que, os preços e todos os seus valores agregados perdem transparência. Mas, mais do que isto, envolve-se com o problema da historicidade das estruturas e repõe o problema do papel da incerteza futura na construção das expectativas e na ação — nem sempre racional — dos agentes eco nômicos.

Nessa linha, Keynes, com suas idéias sobre a incerteza, as convenções e as expectativas, redirecionou o foco das preocupações econômicas, trazendo ao primeiro plano o problema das deci sões.

Segundo ele, qualquer momento de um processo econômico, aberto e desequilibrado, pode assistir infelexões que conduzam a crises e rupturas, na medida em que nele estão ocorrendo um número infinito de decisões de investimento, tomadas pela comunidade de negócios.

Decisões tomadas à luz de uma norma permanentemente mutá

vel, construída pela tensão entre a análise retrospectiva e a ava liação prospectiva, ambas realizadas pelos atores-investidores. Se os negócios vão bem e as perspectivas futuras são boas, a opção é pelo crescimento e pelo investimento — opção sacramentada pela comunidade financeira. Se os negócios vão bem, mas as perspectivas são más, a comunidade dos negócios opta por sustar seus inves timentos, provocando uma série de consequências inevitáveis, a co meçar pela movida do sistema financeiro, que consagra de imediato a decisão de não-investimento, comunicando-a à totalidade do sistema econômico, via valorização dos ativos financeiros, com deco rrente desvalorização dos ativos produtivos. Daí a corrida à liqui dez, com o abandono, quebra e sucateamento de parte da base produtiva, o que, levando a economia ao fundo do poço, acaba implicando na revalorização do investimento produtivo, e na retomada da produção e do crescimento.

Não há, em Keynes, uma concepção propriamente cíclica, a menos que se considere por ciclo, a recorrência das crises. Nele, — para nosso objetivo — o fundamental é a idéia de uma incerteza permanente, causa de expectativas múltiplas e inconstantes, di minuídas, porém não eliminadas, pelas convenções e pelos acordos. Expectativas dotadas de uma enorme capacidade de rápida materiali zação, gerando-se a partir delas efeitos numa cadeia de ações e reações incontroláveis.

Uma análise conjuntural, sob a ótica keynesiana, deve cen trar sua atenção destas expectativas, buscando administrá-las de forma a impedir ou postergar as crises. Trata-se, agora, de forma deliberada, de reunir informações que reduzam o grau de incerteza, orientando a ação do Estado, único agente capaz de, em substituição aos inoperantes mecanismos de mercado, administrar sabiamente o movimento expansivo da economia capitalista.

E é à sombra desta intervenção estatal que a ciência eco nômica desenvolverá, a partir dos anos 30, de forma cada vez mais sistemática, seu método de análise conjuntural, aperfeiçoando, ca da vez mais, seus indicadores, medidas e dados, quantificados de forma permanente e confiável.

Assim mesmo, frente ao conceito de tempo conjuntural, o pensamento econômico permanece dividido. O único certo é que, uma vez separado do movimento sazonal da produção agrícola, ele permanecerá indeterminado enquanto não estiver referido ou a um par sucessivo de pontos de equilíbrio ou ao movimento expansivo dos ciclos e das crises. Só a partir daí se esclarecem as demais dimensões do conceito: a questão dos atores e da racionalidade de suas ações; a questão da interseção lógica com o tempo estrutural; a questão das incertezas futuras etc.

É completamente distinto, entretanto, o conceito de conjuntura construível, a partir de uma visão da economia, como equilíbrio auto-reproduzido pelos mecanismos de um mercado perfeitamente competitivo, daquele outro, que nasce de uma concepção da atividade econômica, como movimento expansivo, concentrador e cíclico.

Num caso, trabalha-se com um conflito regulado entre múltiplos atores, em igualdade de condições, com objetivos comuns, ainda que competitivos. Atores que orientam racionalmente sua ação, no mercado, com base em sua situação de interesses, com vistas àqueles objetivos comuns, logrando-se com isto expectativas típicas e previsíveis. Surgindo, a partir daí, regularidades e constâncias na ação coletiva, dissolvendo-se o problema posto pela multiplicidade dos atores. Como decorrência temos uma temporalidade recorrente e reversiva, ainda que não planejada. Temporalidade pautada por sucessivos pontos de equilíbrio, dentro da qual qualquer recorte cronológico que disponha de dados significativos sobre o movimento dos preços constitui-se em uma conjuntura.

Na outra visão, menos fictícia porque mais próxima do mundo real da economia capitalista, explicita-se de maneira mais nítida a força diferencial dos atores nas relações econômicas. Seus objetivos podem ser aproximadamente comuns, mas não existe igualdade de condições, nem tampouco, portanto, competição perfeita. A intervenção do Estado cumpre papel fundamental na reprodução do sistema econômico, desacreditando-se o mercado como mecanismo autorregulador. Os atores são múltiplos, como múltiplas são suas

expectativas, as quais não sendo típicas e nem sempre previsíveis, passam a cumprir papel fundamental no desdobramento da conjuntura. Consequentemente, temos uma temporalidade "aberta", materializada na dinâmica expansiva do capital, marcada por conjunturas de crescimento ou recessão que passando pelas crises repõem periodicamente o sentido tendencial do sistema. Neste contexto, dilata-se a importância das "incertezas futuras", só reduzíveis, teoricamente, a partir da teoria dos ciclos. O conceito de conjuntura adquire, aqui, uma consistência lógica e teórica que não possui na outra visão. Sua delimitação e a natureza de sua dinâmica endógena são compreensíveis quando enquadradas no percurso ou duração dos ciclos.

Nessa visão, o tempo conjuntural não é um tempo planejado, mas tampouco obedece a leis mecânicas: é um tempo construído, cabendo nele importante papel para os projetos e as expectativas humanas.

O pensamento econômico abdica assim ao plácido otimismo da burguesia vitoriosa do século passado, implícito na visão de um mercado auto-regulado, recolocando o papel do poder e da política nas relações econômicas. A presença das grandes corporações e do Estado, tanto quanto o decisivo papel cumprido pela incerteza na ação de todos os agentes econômicos, dissolve a ilusão de uma racionalidade puramente econômica. Reaparece, no primeiro plano, com fundamental importância no desdobramento do tempo conjuntural a razão política. O conceito e a análise da conjuntura ganha em vivacidade o que perde em cristalinidade. Sua compreensão envolve, agora, necessariamente, ademais do equacionamento da razão política, a incorporação do tempo estrutural.

2.3 - A História como simultaneidade de "tempos"

Coube à História o esforço recente mais interessante de discussão conceitual do problema dos "tempos" postos pela teoria econômica. Tentando pensar a teoria da história à luz dos avanços logrados pela ciência econômica, F. Braudel propõe a substituição

da historiografia episódica por uma nova linha de pesquisa que considere na reconstrução do material histórico a sua dupla temporalidade, a um só tempo estrutural e conjuntural. Buscando com isso absorver os avanços logrados por aquela no seu bem sucedido esforço de domesticação do tempo, através da incorporação de seus conceitos de estrutura, ciclo e tendência a partir dos quais escindem o tempo histórico em "longa" e "curta" duração. A estrutura comandaria o ritmo da longa duração enquanto o tempo curto coincidiria com as oscilações cíclicas, através das quais, realizar-se-iam, de forma lenta e entrecortada, as grandes e seculares (quando não milenares) tendências de história. Incorporam, assim, o esquema e conceitualização econômica sugerindo às demais ciências sociais que revise seus métodos, adequando o passo à marcha da mais avançada entre todas, a Economia.

Para Braudel, o historiador dispõe hoje "com toda certeza de um tempo novo (conjuntural, dos ciclos), elevado à altura de uma explicação, em que a história se pode inscrever, recortando-se segundo pontos de referência inéditos (1972, p.18), podendo romper com o tempo "évènementielle", a "mais caprichosa e enganadora das durações. E isto porque, "... o inquiridor do tempo presente só alcança as finas tramas das estruturas, sob a condição de reconstruí-lo, de antecipar hipóteses e explicações, de rejeitar o real tal como é percebido, de truncá-lo, de superá-lo; operações que permitem, todas elas, escapar aos dados para dominá-los melhor" (1972, p.34).

Parte-se do acontecimento episódico para se chegar às camadas lentas da história, onde "todos os níveis, todos os milhares de níveis, todas as milhares de fragmentações do tempo histórico ficam compreensíveis" (p.27). Essa obscuridade inconsciente das estruturas, entretanto, só se desvela na "sua brusca ou lenta deteriorização, sob o efeito de pressões contraditórias" através de seus "pontos de ruptura" e seus momentos de ultrapassagem.

O perigo está em que não logremos escapar a uma traiçoeira circularidade, pois, como bem reconhece o próprio Braudel, "tão dos nós vivemos sempre e simultaneamente ambas as dimensões e am

bos os tempos" (1979, p.68). Separá-los analiticamente, sem incorrer numa remissão mútua e circular, é o único caminho pelo qual podemos escapar a um mundo estritamente episódico sem cair num outro, difusamente estrutural, logrando assim articulá-los de forma contínua e dinâmica.

O tempo conjuntural, entretanto, na linha desta proposta, não coincide nem com uma nem com a outra das dimensões mencionadas. Aproxima-se, mais bem, da duração dos ciclos, apesar de que, neste sentido, o conceito perca algo de sua especificidade, devido à multiplicidade de ciclos possíveis. Mas, do ponto de vista metodológico, vale para a análise conjuntural, a proposta de que o observador deve ir além daquilo "que se move rapidamente, que sobressai com ou sem razão: ...o tempo pobre, a medida dos indivíduos, da vida quotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência; o tempo por excelência do cronista e do jornalista" (1972, p.14). Para conhecer a conjuntura, há que construí-la, há que rejeitar e superar o real, há que antecipar hipóteses, as quais passam pelo conhecimento das várias dimensões e tempos confluentes em cada momento. Há que conhecer o passado e avançar hipóteses adequadas sobre o silencioso mundo das estruturas.

Aqui, entretanto, situam-se as principais dificuldades, de alguma maneira sintetizadas na definição que acabará dando P. Vilar ao conceito de conjuntura: "conjunto das condições articuladas entre si que caracterizam um momento no movimento global da matéria histórica" (Vilar, 1980, p.81). Dá um passo à frente, ganhando em generalidade o que perde em rigor. A idéia central é que no âmbito estrutural da sociedade, "cujas relações fundamentais e cujo princípio de funcionamento são relativamente estáveis, se dão movimentos incessantes que são resultado deste mesmo funcionamento e que modificam a todo momento o caráter destas relações, a intensidade dos conflitos, as relações de força" (p.82). Estes movimentos conjugam várias dimensões e regularidades, "psicológicas, políticas e sociais, assim como econômicas e meteorológicas".

Até hoje, entretanto, como já vimos, apenas as regulari-

dades econômicas foram medianamente estudadas, servindo de inspiração para as demais ciências. Permanece, contudo, o problema posto pelas outras dimensões cujas regularidades são escassamente conhecidas, pelo que fica extremamente difícil operar analiticamente um conceito que defina a conjuntura como confluência de tantas dimensões desconhecidas. Por isso, aliás, a opacidade das relações entre conjuntura e estrutura, apesar de que, como bem o diz Vilar, não as devemos considerar como "noções estranhas entre si, senão que como dois aspectos de fenômenos comuns". Sim, porquanto só a partir desta profundidade semi-imóvel da estrutura que podemos compreender todos os demais fragmentos da história e, portanto, o tempo conjuntural. E isto, porque "os ciclos, interciclos e crises estruturais encobrem aqui as regularidades e as permanências de sistemas ou, como também foi dito, de civilizações econômicas, isto é, de velhos hábitos de pensar ou agir, de marcas resistentes e tenazes, pro vezes contra toda lógica" (Braudel, 1972, p. 24).

Nem Braudel nem Vilar avançam elementos para pensar conceitualmente o papel dos atores e suas incertezas, das ações e suas regularidades, das expectativas e sua previsibilidade, no desdobramento do tempo histórico "presente", contemporâneo ao observador. Sua contribuição situa-se num plano mais amplo, epistemológico, referida a todos os recortes teoricamente possíveis do tempo vivido.

Sua proposta metodológica é, antes que nada, a de reintroduzir a duração histórica como dimensão fundamental de todos os fenômenos sociais; romper com o tempo breve, factual, introduzindo como novidade, aportada pela teoria econômica, "uma nova espécie de narração histórica - pode dizer-se o "recitativo" da conjuntura, do ciclo e até do interciclo".

Mais além do factual e do conjuntural, localizam-se as duas outras contribuições da Economia: a idéia de uma tendência secular que sinaliza o movimento de relações duradouras, quase fixas entre as massas sociais, as estruturas. A grande incógnita está aí, porquanto o tempo destas estruturas, a longa duração, é

ainda, para todas as ciências sociais, incluída a Economia, um "personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito".

Para passar desta duração maior para o movimento cíclico das conjunturas, há que organizar dimensões, forças e movimentos particulares, só assim podendo-se reconstruir um momento em que o conjunto aparece como totalidade hierarquizada.

Para esta proposta o conceito de conjuntura incorpora, mas não se dissolve, numa visão puramente econômica. Mas, na etapa atual, onde há um confesso desconhecimento das demais dimensões convergentes em um tempo conjuntural comum, como se conseguirá definir os limites precisos dos espaço-tempo da conjuntura sem submeter todas as demais histórias à história econômica? Se para a história econômica este é um passo complicado, como não o será para esta história totalizante a passagem das estruturas para a transparência episódica dos fatos que materializam um tempo conjuntural que seria confluência de múltiplos e variados dimensões e ritmos? Nesse sentido, o que representariam as crises frente aos distintos ciclos das várias dimensões da história? Se os inumeráveis "rios do tempo" correm de forma integrada, conquanto esboçam curvas e confluências não coincidentes, será possível a cada navegante descobrir a lógica de sua vertente sem conhecer a dos demais?

Sem resolver nem dissolver o problema da temporalidade propriamente política, o essencial do desafio posto por Braudel está na idéia de que "cada atualidade reúne momentos de origem e de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de antanho". E, nesse sentido, "as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é apenas a duração que é criação de nosso espírito, mas os fragmentos desta duração também o são". (p.59)

Os tempos como criação do espírito sobrepõem-se e o recorte conjuntural só adquire sentido quando teoricamente articulado; pelas hipóteses e explicações antecipadas, às finas tramas da duração estrutural. Hipóteses e explicações que, solidamente arti-

culadas, constroem modelos que sejam capazes de distender-se para acompanhar a duração variável da realidade que registram. São através destes modelos, permanentemente reajustados, podemos aproximar o conhecimento da dinâmica real de intersecção entre a multiplicidade de tempos da massa histórica. Segundo Braudel, "investigação deve fazer-se, indo continuamente da realidade social aos modelos, e destes, àquela; e este contínuo vaivém nunca deve ser interrompido, realizando-se por uma espécie de pequenos retoques, de viagens pacientemente reempreendidas. Deste modo, o modelo é sucessivamente ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada" (p.53).

2.4 - A Política como interesse e vontade de classe

"O genio de Marx, o segredo do seu prolongado poder, provém de ter sido ele o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais a partir da longa duração histórica. Mas estes modelos foram imobilizados em sua singeleza, concedendo-lhes um valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável a todos os lugares, a todas as sociedades; enquanto se fossem devolvidos às águas mutáveis do tempo, o seu sustentáculo manifestar-se-ia, por que é sólido e está bem tecido" (Braudel, 1972, p.66):

Nada repõe de forma mais móvel as águas do tempo, subjacentes ao modelo que aparece muitas vezes petrificado, do que os próprios textos histórico-políticos de Marx e Engels. As Lutas de Classe na França, O 18 Brumário e A Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, seus trabalhos históricos mais significativos, definem uma ruptura revolucionária no estudo da política, consagrando um novo objeto do conhecimento e com ele uma nova duração histórica. Ambos propõem, em seus textos, a necessidade de uma leitura estrutural do tempo contemporâneo ao observador, a substituição de uma leitura meramente factual e jornalística por uma análise política, histórico-estrutural do tempo conjuntural.

Como Engels diria, em seu polêmico texto metodológico ,

reintroduzindo em 1895 o texto de Marx sobre As Lutas de Classe na França, "o trabalho que aqui reeditamos foi o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento de história contemporânea mediante sua concepção materialista, partindo da situação econômica existente. No Manifesto Comunista havia sido aplicado para fazer um amplo esquema de toda a história moderna (...) tratava-se aqui, pelo contrário, de demonstrar a conexão causal interna ao longo de um desenvolvimento de vários anos", reduzindo "os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas" (Engels, vol.1, p.93).

Sabidamente, foi a partir da Ideologia Alemã e da Miséria da Filosofia, que Marx e Engels formularam no Manifesto de 48 o esquema de interpretação da história moderna, cuja essência ficou apertadamente exposta no esfingético Prefácio de 58. O "tempo longo" de Braudel aparece ali como a "base real", cuja anatomia nos conduz às relações de produção, à base material econômica da sociedade. O "tempo curto", por outro lado, é aquele onde as trepidações superestruturais, jurídicas e políticas, aparecem comandadas por uma consciência social parcialmente falseada. Um e outro entrelaçam-se, mediados por lutas políticas cuja dinâmica se explica, predominantemente, pela situação de classe. Os interesses das classes fundamentais estabelecem a ponte real e teórica entre dimensões que se constroem e reconstroem, segundo três conhecidas leis básicas: a da coincidência-incompatibilidade entre a evolução das forças produtivas e a organização das relações de propriedade; a do amadurecimento necessário das potencialidades materiais de uma formação social para que possa surgir uma nova sociedade; e a de que a humanidade, realisticamente, só se propõe objetivos cujas condições materiais de realização já estão dadas. Nos pontos de saturação desenhados pelo encontro eficaz das três leis, nascem as revoluções sociais.

Essas, as hipóteses que conformam o esqueleto básico do modelo social construído a partir da longa duração por Marx e Engels. Sua vitalidade decorre de seu grau de determinação, amarrado por um conceito central: o de interesse de classe. É ele que, impondo-se no longo prazo, constrói uma história onde coincidem

as tendências estruturais com os projetos conscientes dos grupos sociais e políticos. Seu tempo lógico é o tempo da luta de classes, que traduz o "movimento econômico", permitindo que os interesses objetivos, materiais, determinem em última instância as "formas" da luta política, suposta uma adequada "correspondência" entre a consciência social e a base real da sociedade.

2.4.1 - No 18 Brumário e na Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, Marx e Engels examinam, à luz dessas hipóteses, os enfrentamentos políticos, quase sempre violentos, que sacudiram a Europa, entre 1848 e 1850, dando origem às chamadas "revoluções democráticas". Ocorridas em inúmeros países, duas, entre elas, destacaram-se por seu caráter paradigmático tendo seus epicentros em Paris e Frankfurt.

Marx escreve, logo após o golpe de Luís Napoleão, em dezembro de 1851, e trabalha analiticamente os três anos que antecederam o desfecho da Revolução de Fevereiro de 1848. Acompanha a cronologia factual, construindo uma temporalidade distinta, definida pela lógica dos vários enfrentamentos parciais — ocorridos no Parlamento ou entre esse e o Executivo — cuja articulação interna desvela e explica o golpe final. Relê os avatares da luta política imediata, a partir dos interesses fundamentais, implícitos nos objetivos dos diferentes grupos que fragmentam a cena política, impulsionando um movimento de democratização profundamente contraditório.

Explicitando os interesses de classe ocultos em todos os enfrentamentos e em todas as ideologias, mas respeitando os níveis diferenciados em que atuam as organizações políticas e parlamentares — fragmentos e interstícios dos "interesses últimos" — Marx consegue clarificar a ambiguidade própria à burguesia francesa. Prensada entre seus interesses materiais e suas dificuldades políticas, fazia com uma mão o que desfazia com a outra, batalhava pelo fortalecimento do Partido da Ordem no Parlamento ao mesmo tempo em que apoiava um Executivo cada vez mais forte, até o limite do fechamento do Legislativo e a instauração do II Império. No

fim dessa trajetória, a "massa extra-parlamentar" da burguesia, questionando a representatividade de sua liderança política, transforma uma figura ridícula — o Bonaparte — e seus votos dados pelos camponeses conservadores em legítimos representantes e aliados. Dando continuidade, com isso, à trajetória de um "poder Executivo (...) que com seu tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros". Poder surgido com a Monarquia Absoluta e "reforçado por todas as revoluções fazendo com que todo interesse comum fosse imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral, retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo."

Engels, na Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, conjuja uma série de artigos onde aparecem analisados, a partir da Assembléia Nacional de Frankfurt, a série de insurreições ocorridas nos distintos Estados alemães, entre Março de 1848 e Junho de 1849. Para ele, as reuniões na Igreja de Saint-Paul são apenas o cenário onde se desvelam, concentradamente, todas as impotências do liberalismo burguês alemão, finalmente submetido ao reacionário autoritarismo prussiano. Também aqui, o problema analítico consiste em decifrar a trama fundamental que articula a luta entre os fragmentados interesses de classe, suas representações políticas e suas racionalizações ideológicas. Apesar de análogo, o movimento alemão desenvolve-se de forma distinta, na medida em que envolve grupos, interesses e circunstâncias diferentes daqueles encontrados na insurreição de Paris.

Tomando em conta o atraso alemão frente ao desenvolvimento econômico inglês e ao desenvolvimento social francês, Engels reavalia a importância da nobreza feudal na constituição da burguesia e das demais classes componentes da sociedade alemã, concluindo que "a composição das diferentes classes do povo que formam a base de todo o organismo político era mais complicada na Alemanha que em qualquer outro país". O atraso, a resistente nobreza feudal, a situação geográfica desfavorável, as guerras continuadas estariam na raiz de porque "o liberalismo político, o regime da burguesia, seja sob a forma de governo monárquico ou repu

blicano, é impossível na Alemanha". Dado o que a burguesia estava impedida de alcançar a mesma supremacia política lograda na Inglaterra e França, condenando a Alemanha a uma "volução de cima para baixo".

Marx e Engels estudam um período de tempo delimitado por acontecimentos de notória visibilidade, objetivamente revolucionários. Mas não decorre daí uma submissão de seu instrumento analítico à aparente obviedade factual. Pelo contrário, e isto transparece no objetivo de sua análise e nas previsões estabelecidas a partir dela. Ambos querem decifrar as razões do que consideram um fracasso: o insucesso das burguesias francesa e alemã na imposição de sua supremacia, pela imposição de um regime político — liberal e parlamentar — acorde com seus interesses. E ambos prevêm — equivocadamente — que estes fracassos implicarão um período econômico e socialmente regressivo.

As duas coisas transparecem de forma muito nítida no conceito de "bonapartismo", extraído daquela conjuntura. Segundo Engels, fenômeno político resultante de uma situação de empate entre forças da burguesia e do proletariado. Não foi isso o que Marx viu, nem parece ter sido o que realmente ocorreu na França de 1851. A hipótese de equilíbrio ou empate suporia uma "progressão ofensiva" em linguagem militar — algo historicamente impensável naquele momento. O equilíbrio, se existiu, deu-se num primeiro momento. Depois das "jornadas de junho" ele se desfaz, destrói-se o setor popular e é deslanchada uma outra dinâmica, intraburguesa. É essa que Marx analisa brilhantemente, mostrando as razões de porque e como, tanto a tragédia quanto a farsa podem ser igualmente úteis aos interesses materiais e políticos da burguesia.

Não houve tal equilíbrio, apregoado por Engels, como tampouco aconteceram regressões econômicas e sociais na França e Alemanha, depois da derrota das insurreições de 1848. Na raiz desses equívocos, encontram-se, entretanto, algumas dimensões fundamentais do "modelo social de longa duração", construído por Marx.

Sustentando apenas, nos lineamentos mais gerais contidos no "Prefácio" de 58, ficariam ininteligíveis as análises históricas dos episódios de Paris e Frankfurt. Perpassa sua interpretação uma hipótese muito precisa sobre o sentido que orienta a história em sua longa duração. Partindo da idéia de que "podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês", Marx e Engels desenvolvem — sem nunca sistematizar — um conjunto de hipóteses sobre a transição econômica, mas sobretudo política, ocorrida entre o mundo feudal e a sociedade burguesa. Tomando como paradigmas as histórias inglesa e francesa, e, como contraponto essencial, a história alemã, formulam um modelo de transição ao capitalismo industrial. Transição simultânea, ou sobreposta, ao longo processo de transformações políticas que, sancionando juridicamente as mudanças econômicas, levaram as burguesias ao controle de Estados por ela liberalizados através da Revolução Democrático-Burguesa.

A partir daí construiu-se, depois de Marx, um modelo de transição que vê na burguesia a força motriz que, vencendo a nobreza e destruindo o sistema feudal, acaba com o campesinato, mercantiliza a agricultura, industrializa a produção, destrói o Estado absolutista e consolida repúblicas liberais e parlamentares sob cuja égide, enfrenta-se com o proletariado, a classe destinada a destruí-la num confronto por etapas, tendente à polarização e a um enfrentamento revolucionário final.

Marx jamais formulou esse modelo, assim como aparece, congelado, imóvel e "aplicável em todo lugar", tal como o denuncia Braudel. Mas é indiscutível a presença, muitas vezes implícita, dessas hipóteses nas análises históricas feitas por ele e por Engels. Graças a isso, talvez, não tenham assimilado às suas próprias conclusões as observações mais brilhantes que fizeram sobre as especificidades francesa e alemã. Assim na França, com o papel do apoio, entregue pelo campesinato conservador, a um Bonaparte que foi legitimado pela burguesia industrial e financeira, no seu uso centralizado de um poder Executivo que prolongava uma longa tradição da história política francesa. Assim na Alemanha, com

o papel do atraso do contexto internacional, na aliança feita pela burguesia com a nobreza agrária para efetivar uma revolução "progressiva" das relações de produção, realizada desde cima. Observações que, devidamente absorvidas e analisadas, teriam que permitir uma melhor previsão sobre a natureza dos regimes instalados no prolongamento das insurreições de 1848.

Graças a isso, ainda mais, a enorme dificuldade encontrada por Engels em seu esforço de sistematização do método de aplicação das diretrizes do "Prefácio", em seus trabalhos histórico-políticos. Encontra-se em seu prefácio já citado, escrito em 1895, a sua mais apertada síntese, sobre o assunto, quando nos diz que "na apareciação de acontecimentos e das séries de acontecimentos da história diária, jamais podemos remontar às últimas causas econômicas. Nem sequer hoje, quando a imprensa especializada subministra materiais tão abundantes, seria possível, mesmo na Inglaterra, acompanhar dia a dia a marcha da indústria e do comércio no mercado mundial e as mudanças operadas nos métodos de produção a ponto de poder, em qualquer momento, fazer o balanço geral destes fatores infinitamente complexos e constantemente em transformação; fatores dos quais os mais importantes agem quase sempre, além disso, de maneira encoberta, antes de se manifestarem de súbito e com violência na superfície. Uma clara visão econômica de conjunto de um dado período não pode nunca ser obtida no próprio momento, mas só posteriormente, depois de se haver reunido e selecionado o material. É necessário para isso recorrer a estatística e essa sempre se atrasa. Para a história contemporânea em curso é necessário, pois, com muita frequência, considerar esse fator, o mais decisivo, como constante, tratar a situação econômica existente no começo do período estudado como dada e invariável para todo o período, ou só levar em conta as modificações a esta situação quando, por resultarem de acontecimentos evidentes por si mesmos, sejam também claras. Em consequência, o método materialista terá de se limitar, frequentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de

classe. É de todo evidente que este inevitável desapareço pelas modificações que se operam ao mesmo tempo na situação econômica, isto é, pela própria base de todos os acontecimentos que se examinam, só pode ser uma fonte de erro."

Mas que significa reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, quando não podemos ter uma clara visão econômica de conjunto de um dado período? Se não se conhece a determinação imposta em última instância pelo movimento econômico, qual o significado encontrável no estudo dos interesses, representados pelas organizações partidárias? Como, em última instância, pensar interesses cuja base objetiva, econômica, só se afirma no longo prazo, só aí impondo-se "as formas políticas da luta de classes e seus resultados, às Constituições que, depois de ganhar uma batalha, são escritas pelas classes vitoriosas"?

Na visão metodológica de Engels, no longo prazo, o movimento econômico imporia sua verdade à "forma" da luta política, o que significaria que os interesses fundamentais seriam assumidos pelos seus portadores, segundo as exigências da acumulação econômica e da necessária transformação das relações de produção. O longo prazo apareceria assim como uma tendência e como um momento. Momento em que se realizaria a tendência à polarização e radicalização máxima, revestida da forma de antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Só ali estariam amadurecidas as condições da batalha final, encarregada de trazer ao mundo, uma nova forma de organização sócio-econômica e política. É neste sentido que afirmamos estar implícito ao método um modelo macro-histórico, que supõe uma história política do capitalismo movendo-se entre duas grandes balizas: as revoluções burguesas e socialista. São elas que delimitam e dão sentido ao tempo longo. Toda e qualquer fragmentação desse tempo — incluído aí o tempo conjuntural — nos entrega estágios na realização de tendência central, etapas progressivas, através das quais materializam-se os passos em direção à batalha final.

Do ponto de vista da análise conjuntural, isso implica a permanente antecipação do fim, com a reificação do que é apenas, na melhor das hipóteses, uma tendência. Ainda mais, como decorrência, na redução dos conflitos aos interesses, tender-se-á a substituir a anatomia científica dos objetivos imediatos das lutas concretas pela pura e simples imputação de interesses supostos, deduzidos do modelo macro-histórico. No limite, adscrive-se uma essência classista a atores políticos que "resistam" ao modelo e à tendência polarizante. Com isso, acaba-se desconhecendo a especificidade do curto prazo e a eficácia própria daqueles grupos que nascem da fragmentação dos interesses "estruturais".

Por outro lado, ainda na visão de Engels, há que assumir, como um suposto necessário, o princípio da "representação adequada" entre as organizações políticas e seus suportes sociais deduzidos. No longo prazo — o tempo do enfrentamento radical — duas organizações deverão comandar duas classes, enfrentadas de forma excludente, e estaremos sob as regras da situação limite da Guerra. Mas no curto prazo — qualquer momento que não seja o da batalha final — o problema analítico estará colocado pela multiplicidade das organizações, pela heterogeneidade das consciências sociais (falsas?) e pela fragmentação objetiva da base social real, representada pelas organizações políticas.

Querendo contornar essas dificuldades, Engels propõe uma hipótese que apenas as reforça, quando nos diz que "a história realiza-se de tal modo que o resultado final se desprende sempre dos conflitos entre um grande número de vontades individuais, sendo cada uma delas, por seu turno, produzida tal como é por uma grande quantidade de condições particulares de existência: existem, portanto, inúmeras forças que se contrapesam mutuamente, um grupo infinito de paralelogramas de forças donde sai uma resultante — o acontecimento histórico — que pode ela mesma ser considerada, por seu turno, como o produto de uma força atuando como um todo, de uma maneira inconsciente e cega" (Engels a Bloch, 1980). Proposta de sabor newtoniano, que nos aproxima à ficção do Mercado, uma vez que a força inconsciente e cega, a mão invisível, é econômica e está preestabelecida. Se assim fora, a análise político-conjuntural

transformar-se-ia num quebra-cabeça inútil, e o tempo conjuntural, num tempo fictício, um tempo de espera, a espera do reencontro entre a forma e o conteúdo, de uma história que perpassa os paralelogramos, dissolvendo as vontades individuais.

Mas, qual é o sentido e o conteúdo histórico concreto desta força cega, a força do movimento econômico como necessidade? Como entendê-la senão enquanto tendência que se desdobra, criativamente, no tempo histórico, através de relações sociais e políticas?

Volta-se aqui à perigosa cirurgia, pela qual Engels separa a "forma política" do "conteúdo econômico", levando à esquizofrenização do modelo arquitetônico da infra e superestrutura.

Por detrás daquela visão, inscreve-se, necessariamente, uma versão simplificada e linear do tempo histórico. Tempo que, do ponto de vista político, evolui através de etapas recorrentes, impulsionado pela tendência à polarização crescente das relações de classe e à radicalização de sua luta política.

Como, no mundo capitalista real, a polarização protela-se indefinidamente; como as duas classes fundamentais resistem a cumprir seus papéis, adequando seus projetos e ações aos interesses de longo prazo; como as burguesias já não fazem revoluções; como os partidos são cada vez menos classistas; como as revoluções proletárias acontecem fora do lugar; e como a crise final parecerá enormemente atrasada, o método proposto por Engels perde sensibilidade para a compreensão das conjunturas políticas. Seu modelo rompe com a consciência social empírica, mas acaba substituindo-a pela consciência utópica do observador.

Em 1982, no seu prefácio à edição inglesa do Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Engels já constatava de maneira pessimista que "parecera ser uma lei do desenvolvimento histórico o fato de que a burguesia não possa deter em nenhum país da Europa o poder político da mesma maneira exclusiva com que pôde fazê-lo a aristocracia feudal. Logo adiante, Lênin comandaria

uma revolução socialista "contra O Capital", nas palavras de Gramsci. A história factual impunha uma revisão do modelo implícito no recorte conjuntural dos textos políticos de Marx, mas, sobretudo, presente na concepção metodológica de Engels. A verdade de sua proposta precisava ser revista, à luz de O Capital, e da história transcorrida. O Capital havia enriquecido e tornado mais complexa a definição dos tempos curtos e longos. A história concreta havia demonstrado que uma análise fundada apenas nas tendências estruturais de longo alcance geraria escassa capacidade de previsão. Era hora de voltar às "águas mutáveis do tempo", recuperando o problema da vontade e da luta de classes, e aprofundando a contribuição fundamental, implícita à análise das revoluções democráticas da metade do século passado: a concepção do conflito político, como uma relação de forças entre classes e frações de classes, cuja homogeneidade de objetivos contrapostos assenta-se nas formas de produção e apropriação da riqueza. Concepção que trabalha com uma "temporalidade", a qual não sendo "planejada", passa pela consciência social e adquire sua racionalidade a partir da articulação dinâmica de conjuntura e estrutura realizada pela mediação dos interesses de classe.

Mas essa racionalidade, como vimos, tende a manifestar-se apenas na hora da verdade, a hora do enfrentamento aberto entre a burguesia e o proletariado. Longe da "notória visibilidade" possuída pelos acontecimentos de 1848, fica difícil estabelecer os limites do tempo curto ou conjuntural, definir os seus atores e compreender a natureza de suas expectativas e a eficácia de suas ações à luz apenas dos interesses das classes fundamentais.

2.4.2 - Desafiados pela história real do capitalismo, no início do século XX, e pela realidade política de países com capitalismo tardios, Lênin e Gramsci, entre outros, repensaram a teoria das revoluções burguesa e socialista, consagrando, na teoria e na prática, a possibilidade de saltar etapas e "tarefas", na linha do que Trotsky viu como "revolução permanente" num contexto de "desenvolvimento desigual e combinado". O desenvolvimento capitalista já não era visto, assim, como uma progressão necessária

com via única. O seu balisamento político já não passava, obrigatoriamente, por revoluções de natureza claramente diferenciada e seu percurso intermediário tampouco seria idêntico em todas as experiências nacionais. Com isso, a conjuntura política deixava de ser apenas uma "forma", à espera de sua verdade estrutural, passava a ser um momento, parcialmente inventado, pela vontade política.

A crítica veemente da visão mecânica e economicista do marxismo repôs, como questão teórica e estratégica, o problema da ação política. A sua racionalidade segue sendo dada pela tessitura dos interesses e pelo confronto das classes, mas sua necessidade de só se realizar historicamente, como diz Gramsci, quando existe uma premissa eficiente e ativa, cuja consciência que dela tenham os homens se tornou operativa, estabelecendo fins concretos à consciência coletiva, constituindo um complexo de convicções e de crenças tão poderosamente atuantes como as crenças populares" (1978, p.92). O movimento histórico, como necessidade, envolve a ação consciente, e essa implicação não é automática. Eis aí o nó górdio da questão. Nem a consciência de classe nem a revolução estão fatal e mecanicamente determinadas por condições econômicas cujo desdobramento histórico não é único nem linear, para todos os países capitalista.

Estas idéias vão sendo arquitetadas através das concepções leninistas do "imperialismo", da "via prussiana", e de sua até então impensável "ditadura democrática dos proletários e camponeses". Sendo que, com seu conceito de "aristocracia operária", Lênin acaba reconhecendo a existência de diferenciações objetivas, estruturalmente enraizadas, dentro da própria classe operária. Por isso, segundo ele, os interesses já não se convertem em consciência operativa sem a mediação pedagógica de uma férrea organização da vanguarda da classe. Os interesses objetivos já não são os mesmos, tampouco as vias e etapas do desenvolvimento; donde o reconhecimento de "uma tendência como existente realmente não significa que ela deva ser reconhecida como realidade determinante da ação" (Lukacs, 1965, p.38). Para que se faça efetiva a necessidade histórica, impõe-se, por isso, uma organização que transforme

as premissas materiais em uma consciência operativa, historicamente eficaz.

O partido, nessa visão leninista, assume assim papel de primeira importância. A ele cabe, conhecida a tendência específica de um tempo estrutural, estabelecer etapas e fases, identificando em cada momento o seu elo principal e estabelecendo a partir daí as tarefas a serem cumpridas pelo proletariado. Teoria, análise histórica e decisão tática implicam num todo orgânico que encontra, na praxis partidária, o seu momento fundamental. Em Lênin, a análise político-conjuntural aproxima-se de um cálculo tático feito à luz dos objetivos partidários. Ela busca definir o que e quando fazer e, sob essa perspectiva, todos os demais atores políticos aparecem iluminados, não apenas pelos interesses que representam, mas sobretudo pelo que significam — como apoio ou obstáculo — frente às decisões partidárias. Trata-se de uma avaliação através da qual deve-se "detectar, a cada instante, o elo preciso da cadeia sobre o qual deve-se botar toda a força, para agarrar a cadeia e passar ao elo seguinte". Avaliação feita por um comando centralizado, de natureza quase militar, envolvendo uma multiplicidade de atores organizados por um plano estratégico, que supõe no limite a polaridade. O tempo conjuntural; nesse sentido, como na situação da Guerra, é um tempo construído pelas decisões táticas do comando partidário.

É isso que Gramsci sistematiza, ao afirmar que "é absurdo pensar numa previsão puramente objetiva. Quem faz uma previsão, na realidade, tem um programa a fazer triunfar, e a previsão é precisamente um elemento de tal triunfo... e só na medida em que o aspecto objetivo da previsão esteja ligado a um programa, esse aspecto adquire objetividade... porque sendo a realidade o resultado de uma palicação da vontade humana à sociedade das coisas, prescindir de qualquer elemento voluntário, ou calcular, apenas, a intervenção da vontade dos outros como elemento objetivo do jogo geral, mutila a própria realidade". Segundo ele, só um analista "apaixonado", pode chegar a conclusões que não "abundem de ociosidade, de minúcias sutis, de elegências conjecturais". É sua paixão e seu programa que lhe permitem destacar o essencial, no movi-

mento contínuo das forças e relações sociais. Assim, a análise concreta da relação de forças (análise político-conjuntural) "não pode e não deve ser um fim em si mesmo (a menos que se esteja escrevendo um capítulo de história passada), adquirindo significado apenas se é útil para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade. Ela mostra quais são os pontos de menor resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente. "Assim mesmo, a identificação desses pontos de menor resistência não se faz de forma arbitrária. Ao contrário, deve obedecer, também, segundo Gramsci, a cânones teóricos e metodológicos rigorosos. Em cada conjuntura, há que trabalhar sobre um conjunto de correlações de força a serem identificadas e quantificadas: as relações internacionais; as sociais; as políticas; e as potencialmente militares.

As relações entre as forças sociais, segundo Gramsci, possuem uma base material objetiva, podendo ser identificadas através de uma morfologia das forças de produção, das empresas e dos grupos a elas vinculados. As relações políticas, por sua vez, devem ser avaliadas com base no grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários agrupamentos sindicais e partidários. Gramsci supõe, como elemento implícito dessa avaliação política, a existência de uma tendência necessária, na forma de organização e ação dos atores políticos, as quais evoluem de um nível econômico-corporativo a um outro, hegemônico-político. As relações de força internacional passam pelas relações políticas globais, interferindo no plano da hegemonia e do Estado e criando a nível nacional situações ideológicas e políticas específicas.

A relação de forças militares, finalmente, tem a maior importância no pensamento político de Gramsci. E isso porque, segundo ele, as relações de força evoluem, passando do nível social, objetivamente dado, para o nível militar, propendendo a luta política para uma forma de luta político-militar, ou militar stricto sensu, tal como aparece na prática leninista.

Uma adequada análise conjuntural, entretanto, não passa apenas por uma avaliação da correlação de forças, em seus diferen-

tes níveis. Esta mesma avaliação, segundo Gramsci, só adquire sentido quando consegue enquadrar o "momento" no ritmo maior do tempo estrutural, o tempo dos "blocos históricos" e das "crises orgânicas".

Gramsci revê as relações entre estrutura e superestrutura, criticando a sua visão estática, para a qual uma dimensão, no longo prazo, ou em última instância, acaba transmitindo sua verdade à outra. Para ele, ao contrário, entre as duas existe um vínculo orgânico, dinâmico, eficaz e consciente, estabelecido a cada momento, e não apenas em limites tendenciais. Partindo do Prefácio de Marx, Gramsci reitera que é através das "formas ideológicas que os homens adquirem consciência dos conflitos e lutam para resolvê-los", afirmando-se a necessidade histórica apenas ali e quando se faz eficiente e ativa, através da consciência e vontade coletivas. "A política é de fato, em cada ocasião, o reflexo das tendências do desenvolvimento da estrutura, tendências que não têm porque realizar-se necessariamente (Gramsci, 1971).

Com isso, Gramsci abre portas a uma temporalidade estritamente política, permitindo-lhe construir o conceito de "blocos históricos", que recortam períodos longos, durante os quais prevalecem relações orgânicas entre as estruturas e as instituições e iniciativas políticas. Relações construídas e sustentadas pela afirmação histórica de uma hegemonia de classe, ou fração de classe. Todos os movimentos históricos ou atos políticos que não se enquadrem, por sua permanência, na organicidade do bloco histórico são considerados episódicos, ainda que não irrelevantes.

A partir da dinâmica interna desses blocos, configuram-se as crises políticas, querecortam períodos de tempo menores, e as crises orgânicas, — crise geral de "representação" — que, envolvendo as classes fundamentais, propiciam o nascimento de novas hegemonias. Essas crises podem ou não coincidir com uma crise econômica, possuindo uma lógica própria.

Gramsci avança, assim, um conjunto de hipóteses que permitem superar o mundo factual, reorganizando-o segundo uma tempo-

ralidade teoricamente construída: o tempo das estabilidades e das crises políticas, orgânicas algumas delas.

Permanecem, entretanto, algumas dificuldades fundamentais para a utilização eficaz de seu sistema conceitual, na análise político-conjuntural. Em primeiro lugar, a organicidade dos atos e instituições políticas aparece definida pelo seu grau de "permanência". Em segundo lugar, reconhece-se crises de hegemonia que possuem duração secular. Em terceiro lugar, consideram-se episódicos acontecimentos que não possuem organicidade. Com isso fica difícil, por exemplo, decifrar a natureza de um movimento político ocorrido durante uma crise orgânica secular. Ou mesmo entender o caráter revolucionário de alguma instituição ou iniciativa política, aparentemente episódica.

Gramsci introduz a idéia de crises diferenciadas, elemento fundamental para pensar um recorte eficaz do tempo político. Mas, ao mesmo tempo, envolve-se em um raciocínio de tipo circular que diminui a fecundidade de seu sistema conceitual: a organicidade das instituições define-se por sua permanência, sendo, pois, orgânico tudo o que seja permanente. Como diferenciar, nessa perspectiva, o que seja episódico daquilo que seja uma conjuntura de crise ou, simplesmente, um momento em que emerge uma inovação criativa e eficaz? Como distinguir o orgânico do episódico, sem recorrer, mais uma vez, à determinação em última instância, da economia? Como avaliar uma correlação de forças, pois, sem supor, além disto, uma tendência irreversível ao enfrentamento militar? E como conciliar a "determinação econômica em última instância" e a "tendência a um confronto do tipo soma zero" com a idéia gramsciana de que a política é o reflexo de "tendências que não têm porque realizar-se necessariamente"?

2.4.3 - Foi Poulantzas quem, no nosso entender, formulou a crítica mais sistemática e contundente dessas perplexidades que perpassam o pensamento político marxista. Para fazê-lo, foi obrigado a rever, em suas raízes, os conceitos de interesse, classe, luta política, ideologia e Estado, sacudindo os próprios alicer-

ces do modelo histórico marxista, ao recolocar o problema dos tempos históricos culminando na formulação de um conceito, propriamente político, do tempo conjuntural.

Não cabe aqui discutir sua crítica ao historicismo, nem tampouco as dificuldades de seu estruturalismo. Isso já foi feito, exaustivamente, em vários trabalhos. Para nosso objetivo, interessa rever algumas de suas idéias, partindo de sua crítica à visão clássica da luta política, como um confronto que tende à soma zero. Como ele mesmo diz, "a linha de demarcação da relação conflitual específica entre dominação e subordinação, caracterizando efetivamente as relações de poder, nem por isso significa, de qualquer modo, e a qualquer nível, uma dicotomia de dois grupos-sujeito permutando poder soma-zero" (1971, p.130). E isso porque "nós sabemos que se trata sempre, numa formação social complexa, não de duas mas de várias classes sociais, relacionadas com a sobreposição de vários modos de produção. Neste sentido, não podemos estabelecer, a nível algum, uma dicotomia de relações de poder soma zero. A perda de poder de uma classe, ou fração de classe, pode ou não indicar um aumento de poder, não de outro único "grupo" existente, do grupo subordinado, mas de uma classe ou fração de classe entre as numerosas classes ou frações em luta em todos os níveis" (idem, p.129).

Segundo Poulantzas, pois, a concepção do poder soma zero supõe, equivocadamente, não apenas o poder como uma quantidade dada, mas também a homogeneidade e polaridade dos grupos políticos, desconhecendo tanto a heterogeneidade das formas de poder, como a diversidade de níveis, instâncias e estruturas.

Esta diversidade de estruturas autônomas, próprias do Modo de Produção Capitalista, ao permitir a combinação concreta de vários modos de produção numa mesma formação social, produz uma estrutura classista não polarizada e uma luta de classes que se desenvolve em distintos "sistemas de práticas" raramente sobrepostas. Cada estrutura — econômica, política e ideológica — é acompanhada, na visão de Poulantzas, de um sistema de práticas com objetos distintos, o que implica, necessariamente, interesses dife-

renciados a cada um desses níveis, apesar de preservado o respeito pela "determinação em última instância" da estrutura, relações e práticas econômicas. Poulantzas rejeita, assim, definitivamente, o "velho equívoco que consiste em ver as classes sociais e a luta de classes emergir aos níveis do político e do ideológico, para acionar as leis inconscientes da economia" (idem, p.94). A luta político-ideológica não é mais vista como o lugar onde as tendências de longo prazo, da economia, se fazem história. Pelo contrário, existem interesses e lutas diferentes nos níveis econômico, político e ideológico. Além disso, como consequência da descontinuidade estrutural, não há tampouco lugar para que se axiomatize, como necessária, a lógica ascensional que elevaria os interesses econômicos ao nível de uma consciência de classe "para si", passando por um Partido-Ideologia nítidos e alcançando um poder de Estado instrumentalizável.

As classes são múltiplas e vivem em estado de permanente fragmentação. Por outro lado, "a ideologia dominante não reflete apenas as condições de vida da classe dominante, sujeito "puro e simples", mas também a relação política concreta, numa formação social, entre as classes dominantes e as classes dominadas. Ela encontra-se, frequentemente, impregnada de elementos decorrentes do "modo de vida" doutras classes ou frações que não a classe ou fração dominante" (vol. II, p.26).

Por fim, as classes ou frações de classe não se manifestam historicamente apenas através de sua organização política autônoma. Pelo contrário, quase nunca alcançam essa forma de "pre-sentificação" histórica. A começar porque "certas classes distintas, concebíveis na análise dos modos de produção puros que compõem uma formação social, apresentam-se, frequentemente, como frações — autônomas ou não — de outras classes, ou ainda como categorias sociais específicas" (idem, p.81). Com isso, o critério para a identificação concreta dos interesses fundamentais deixa de ser puramente econômico. Para "decifrar a existência de uma classe, ou de uma fração, enquanto força social numa formação determinada", Poulantzas propõe-nos "que essa presença existe sempre que a relação com as relações de produção, o lugar no processo de pro-

ção, se reflete sobre os outros níveis por efeitos pertinentes. Considerando-se por "efeitos pertinentes" o "fato de que o reflexo do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um elemento novo, que não pode ser inserido no quadro típico que estes elementos apresentariam sem este elemento" (p.83).

O que passa com as classes e as ideologias ocorre, igualmente, segundo Poulantzas, com o Estado, fator de coesão entre os distintos níveis de uma formação social e, como tal, unidade condenada de suas múltiplas contradições. Nas suas próprias palavras, "tomar o Estado como a condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe tal como se exprimem, de modo específico, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-atravessado em toda parte pelas contradições de classe". De maneira que "a política do Estado se estabelece, assim, por esse processo de contradições intra-estatais, na medida em que estas constituem contradições de classe e, notadamente, das frações do bloco no poder" (1977, p.23/24).

Neste sentido, dado o caráter "combinado" das formações sociais concretas, "o Estado de uma formação semelhante resulta de uma combinação de vários tipos de Estado, procedentes dos diversos modos de produção que entram em combinação nesta formação" (p. 159). Fica descartada a concepção do Estado, instrumento de uma classe, na medida em que ele reflete as múltiplas contradições e é seu fator de unificação e sobrevivência, sendo capaz de reunir distintas fases em uma mesma estrutura.

Da mesma forma que a estrutura política surge como nível específico de uma formação social e lugar de suas transformações, o Estado aparece como condensação de contradições e registro privilegiado das mutações estruturais. Em função disso, é a partir dos tipos e formas do Estado que Poulantzas constrói sua periodização das formações sociais. Não cabe repetir o já sabido, apenas lembrar que para ele as formações sociais passam, sempre, por duas grandes fases — a da transição e a da reprodução ampliada — e por vários estádios, identificáveis pela predominância das Formas possíveis do Modo de Produção "puro" — capitalismo privado,

social, monopolista e monopolista de Estado. A um Modo de Produção corresponde um Tipo de Estado, e a cada um dos Estádios correspondem Formas de Estado distintas. Essas Formas se diferenciam por "articulações específicas das estruturas econômicas e políticas no quadro da mesma invariante, e portanto por formas específicas de intervenção e não-intervenção do econômico no político e do político no econômico." (p. 166), e se recortam segundo a predominância de variados regimes sustentados por distintos blocos de poder.

Assim mesmo, "essa divisão de uma formação em estádios não pode operar-se de acordo com um modelo cronológico evolucionista: não se trata de estádios sucedendo-se cronologicamente, ou de formas de Estado existindo segundo um traçado unilinear de sucessão" (p.170). Ao contrário, "pelo fato da coexistência numa formação capitalista de vários modos de produção e de várias formas do MPC, pelo fato da articulação complexa de instâncias com temporalidades próprias, a dominância numa formação capitalista de uma forma do MPC sobre outra, não se traduz num desenvolvimento simples". Aqui, como no caso das estruturas, são possíveis as mais complexas "defasagens", podendo encontrar-se Estados liberais em estádios monopolistas e vice-versa.

Por outro lado, as transformações possíveis do Bloco no Poder remetem ao problema das crises econômicas e políticas. Neste ponto, Poulantzas mantém seu esquema, autonomizando-as: "uma crise econômica não se traduz nem automaticamente, nem necessariamente, nem de modo unívoco, em crise política e crise do Estado" (1978, p.9). Podem vir juntas ou separadas e entre elas não há ordem de sucessão obrigatória. Poulantzas guardará o conceito de "crise orgânica" ou estrutural para "uma situação particular de condensação das contradições" que perpassa simultaneamente todas as estruturas e práticas. Contudo, nem todas as crises são de Estado, nem, muito menos, identificam-se com situações revolucionárias ou de fascistização. As crises políticas possuem uma identidade própria, "consistindo em modificações substanciais das relações de força da luta de classes", no seio do bloco no poder, onde se questionam as hegemônias e se rompem os sistemas de representa

ção, mas também no âmbito das classes dominadas.

Poulantzas ataca aqui o último reduto de um economicismo que, na eterna esfera da crise final, revolucionária, impede qualquer análise político-conjuntural. E é em função disso que ele, coerentemente, consegue, a partir de seu esquema, rever o conceito e o método de análise de conjuntura.

Assim, "a conjuntura, objeto da prática política e lugar privilegiado onde se reflete a individualidade histórica sempre singular de uma formação, é a situação concreta da luta política de classe. Se a superestrutura política do Estado é um lugar privilegiado que concentra as contradições dos níveis da estrutura e permite a decifração correta da sua articulação, a conjuntura permite decifrar a individualidade histórica do conjunto de uma formação, em suma, a relação da individualidade concreta das estruturas e da configuração concreta da luta de classes. Neste sentido, a superestrutura política do Estado, que é o objetivo da prática política, é também refletida na conjuntura" (1971, pg.102).

Condensa-se aqui a complexidade do sistema conceitual de Poulantzas. Para começar, existem estruturas autônomas, às quais correspondem práticas igualmente autônomas, cujo conjunto conforma as lutas de classe. As estruturas determinam os "limites de variação da luta de classes" mas sua eficácia está "limitada pela intervenção, sobre a estrutura da prática política". Por sua vez, a prática política não tem seus limites produzidos unicamente pela estrutura econômica. Ao contrário, os limites são produto do "conjunto dos níveis da estrutura, em sua unidade", e portanto, também, das estruturas políticas e ideológicas.

No entanto, se a prática política tem por objetivo específico "o poder político institucionalizado do Estado", seu objeto é o "momento atual", a conjuntura "que reflete a individualidade histórica, sempre original porque singular de uma formação". E isto porque, se a conjuntura é homogeneizada pelas práticas, é a prática política de classe que condensa em si, no momento atual, os conflitos e impasses das demais práticas de classe, econômicas

e ideológicas. Neste sentido, se a conjuntura se define pelo impacto conjunto e atual das estruturas sobre as práticas, e constitui o objeto precípua da prática política, é a prática política das distintas forças sociais que conforma o objeto de observação da análise conjuntural. A conjuntura deixa de ser o mundo privilegiado das ilusões ideológicas ou da explicitação histórica de uma essência em processo de totalização. Passa a ser o momento de enfrentamento entre forças sociais cujo critério de identificação não é fornecido exclusivamente pela estrutura econômica, nem tampouco pelas organizações políticas existentes.

Os atores ou elementos de uma conjuntura são forças sociais, "classes distintas e frações autônomas que se refletem ao nível de prática política por efeitos pertinentes, mas também categorias específicas, que chegam num momento concreto a ter efeitos pertinentes... sem no entanto serem classes nem frações de classe" (p.100). Só estas classes, frações ou categorias autônomas constituem forças sociais, independente de sua organização política. O nó górdio de sua identidade, e de toda a problemática poulantziana, sob a ótica da conjuntura, está, exatamente, na idéia de "efeitos pertinentes".

Esses efeitos são o lugar e a forma para a identificação das forças que outorgam unidade e homogeneidade ao espaço-tempo conjuntural. Para localizá-los, impõe-se o reconhecimento dos interesses que se reconhecem nestes efeitos. Mas a questão se complica, na medida em que Poulantzas considera que os interesses de classe estão situados no campo das práticas e não no das estruturas. "De fato, os interesses, embora não sendo por isso uma noção psicológica, não podem ser localizados senão no campo próprio das práticas e das classes. Nas estruturas, por exemplo, o salário ou o lucro não exprimem o interesse do capitalista ou do operário" (pg.117).

Ele rejeita aqui a concepção que vê nos interesses objetivos de classe uma realidade "em si" dada nas relações de produção e conscientizada nas relações político-ideológicas. Porém, se eles não possuem uma realidade material última, de natureza econô

mica, e se eles tampouco encontram-se definidos em qualquer outro nível estrutural, como reconhecê-los? Segundo Poulantzas, no campo das práticas, "não diretamente como limiar da sua existência como classe distinta, mas como horizonte da sua ação como força social" (p.120). Há interesses de classe, econômicos, políticos e ideológicos, e se constituem em tanto "limites-efeitos de estrutura e limites-efeitos em segundo grau, impostos pela intervenção das práticas das diversas classes".

Torna-se difícil, assim, reconhecer quais sejam os "efeitos pertinentes" que consagram uma força social ao nível das lutas políticas, a partir de "seu lugar no processo de produção", independente de sua organização. Se a estrutura define os limites-efeitos como interesses de classe, então estes interesses inscrevem-se nas estruturas. Mais do que isto, devem inscrever-se de forma contraditória. Caso contrário, os interesses e as contradições se construiriam no mundo das práticas, e da prática política em particular. Neste caso, os "efeitos pertinentes" seriam criados no interior da própria prática onde se "refletem". Deste modo, não seriam "efeito", ou pelo menos, não haveria como conhecer sua "causa". Diluem-se as mediações entre o mundo das estruturas e das práticas, sem que se possa descobrir o código de remissão de umas às outras, dificultando-se a possibilidade de uma análise conjuntural fundada no estudo da representação dos interesses de classes, frações ou categorias. Pois, se são os interesses que dão identidade aos atores e seus conflitos, dinamizando a luta política, e se as posições no processo produtivo não têm tradução necessária na luta política e na representação que os atores se fazem de si mesmos, como identificar o efeito de uma posição produtiva, ou, mais simplesmente, como saber que interesse corresponde a que posição estrutural?

Senão, vejamos, recapitulando. Se em toda formação social complexa, encontramos sempre mais do que duas classes sociais, num enfrentamento que não é de natureza soma-zero; se as estruturas, práticas e interesses econômicos e políticos possuem identidade autônoma; se as ideologias não são "chapas de matrícula que as classes-sujeito trariam nas costas", nem nítidas concepções do

mundo, capazes de gerar classes organizadas e autoconscientes; se as classes, as frações e as categorias sociais podem, como forças sociais, ter eficácia política, sem possuir organizações autônomas; se distintas formas de Estado e de regime podem corresponder a distintas fases e estádios de desenvolvimento das formações capitalistas, sem que existam correspondências e sucessões necessárias; se não há correspondência, tampouco, entre crises econômicas e políticas, e existem crises políticas de várias naturezas, quase nunca revolucionárias; se os conflitos de interesses não se situam no plano das estruturas, mas sim no sistema de práticas, aí reorganizando permanentemente suas identidades, diferenças e condições; se, por fim, existem permanentes "defasagens" entre estruturas e entre sistemas de práticas, consolidando-se a "sobre-terminação" como a forma normal de determinação, então, repetindo Poulantzas, "como decifrar a existência de uma classe, ou de uma fração, enquanto força social numa formação social determinada, critério que não pode em caso algum ser exclusivamente econômico"? Esta, a questão primeira e central de uma análise conjuntural de inspiração marxista.

Poulantzas responderá a sua própria pergunta, dizendo-nos, como já vimos, "que esta presença existe sempre que a relação com as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre os outros níveis por efeitos pertinentes". E, estes efeitos serão identificáveis, sempre que "o reflexo do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitua um elemento novo, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento". Mas, como fazer esta identificação se, a partir dos supostos resumidos anteriormente, não há "quadros típicos" possíveis de serem padronizados. Volta-se sempre ao mesmo problema. Ou há uma adequação típica, ou então não há como identificar e conceituar os "efeitos pertinentes". Ou, os lugares no processo de produção são claros e distintos, produzindo, em princípio, impactos típicos ao nível político, ou então interesses e atores redefinem-se permanentemente, na própria prática, efeito constante e combinado de múltiplas estruturas. O que nos parece ser correto. Mas fica o problema metodológico da identificação destes atores, de seus interesses e da sua lógica, não

havendo como medir "defasagens" sem possuir parâmetros.

A trilha seguida por Poulantzas conduz, assim, inevitavelmente, ao mundo das "funções" e projetos. Funções e projetos que, a posteriori, permitiriam, tautologicamente, definir os interesses em presença, tanto quanto a natureza do Estado e dos Regimes políticos.

Desta forma, Poulantzas constrói um rigoroso sistema conceitual que logra implodir a concepção mecânica das relações entre a supra e a infra-estrutura, liberando os atores políticos para atuarem numa temporalidade específica, mas no final de seu sistema encontra-os indeterminados, encalhando sua periodização dos tempos políticos numa tipologia ahistórica e deixando a maior parte do seu conceito de tempo conjuntural.

2.4.4 - De alguma forma, todos os autores comentados, mantem-se fiéis às ambiguidades contidas na pedra angular do materialismo histórico, o "Prefácio" à Contribuição à Crítica da Economia Política. Não conseguem resolver adequadamente o problema da articulação, na luta política, entre as "mudanças ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais" e as "formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo". E só o fazem quando axiomatizam — como na hipótese das expectativas racionais — a idéia de que "a humanidade só se propõe os objetivos que pode alcançar", fazendo convergir a exigência de mudanças materiais com a consciência coletiva da necessidade das mudanças. Com o que, nesse caso, as incertezas futuras e a imaginação criativa passam a ter papel secundário no desenvolvimento das ações políticas.

Tampouco conseguem desfazer-se, integralmente, da tradução evolucionista dada à afirmação de que, "a grandes traços, podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o anti-

go; o feudal e o moderno burguês". A qual, somada à idéia de que "de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária", produto direto de um "desenvolvimento da grande indústria que socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e apropriação dos produtos", conduz à inevitável concepção da luta política de classes como um processo que tende, inevitavelmente, aos extremos de um enfrentamento excludente, de natureza revolucionária, ou, em outra linguagem, de tipo soma-zero. Enfrentamento que abriria as portas a uma nova época de progresso.

A partir daquelas premissas constrói-se um modelo social, extremamente bem tecido, sobre a dinâmica estrutural da história de longo prazo. Uma temporalidade rigorosamente determinada, com atores políticos que, movendo-se segundo interesses enraizados nas condições econômicas de produção, acabam coincidindo, em seus objetivos e projetos, com as duas classes fundamentais do sistema capitalista. Os trabalhos aqui comentados, de Marx e Engels, analisam, entretanto, a história de curto prazo, o tempo de duas conjunturas políticas contemporâneas aos autores. Não estavam, ainda, escrevendo um capítulo da história passada, como diria Gramsci, estavam querendo entender o presente, para melhor prever o futuro imediato das forças revolucionárias. O brilho de suas análises, contudo, não consegue — nem se propõe — equacionar o problema dos limites espaço-temporais da conjuntura, nem tampouco, o das relações entre a vontade dos atores e a necessidade das estruturas. Foi Engels, quem mais tarde, tentou sistematizar a metodologia utilizada naqueles estudos, adequando-a às hipóteses e explicações contidas no modelo macro-social do materialismo histórico. Os demais autores mencionados, de uma ou outra forma, buscaram fazer o mesmo. Ou ainda mais, quiseram rever o método de análise à luz de um modelo feito pelo peso da história real. Apenas Poulantzas, já com uma perspectiva acadêmica, tentou refazer todo o esquema, construindo, a partir de um sistema conceitual original, um novo conceito de tempo histórico e da luta política. De forma muito abreviada tentamos mostrar, nessas páginas, que mantêm-se indecifradas algumas incógnitas da maior relevância.

Assim, com a suposição engelsiana de que, no "longo prazo", o movimento econômico acaba radicalizando a luta de classes e impondo sua verdade às "formas" da luta política. Sendo ela verdadeira, fica extremamente prejudicado o estudo destas "formas". O "momento atual" da política confunde-se com meras "aparências", com um tempo de espera, antecipação permanente da verdade final. Essa, escondida em sucessivos "paralelogramos de força", no fundo, é sempre a mesma e só se desvela no longo prazo. Nessa linha, é ocioso afirmar que a análise conjuntural perde sua razão de ser.

A visão leninista resolve esta dificuldade desfazendo-se do mecanicismo evolucionista e afirmando o poder da vontade organizada das classes. Dela podemos depreender a existência de dois tempos: o histórico-estrutural e o estratégico. O primeiro é objetivo e passível de um conhecimento científico. O segundo é um tempo construído pelo projeto revolucionário, um tempo planejado, fragmentado segundo os objetivos de curto e longo prazo do Partido. A partir de seu horizonte estratégico é que são analisadas as ações e confrontos ocorridos, centrando-se a análise política na localização dos obstáculos e estímulos para o avanço da causa revolucionária. O que Lênin propõe é uma análise politicamente comprometida, um cálculo tático que supõe que um ponto no espaço político, seja fixo, claro e indiscutível: o partido do proletariado, o qual representa, adequadamente, aquela classe, devendo ela, encontrar-se, progressivamente, com seu partido-consciência-projeto. Está implícito no raciocínio leninista a hipótese de uma polarização de uma luta política que, em algum momento, militarizar-se-á. A diferença da teoria da Guerra, nesse caso, existe apenas um comando unificado, que supõe, além dos objetivos dos demais tores em conflito, que esses também se articulam para uma batalha final, da qual, talvez, não tenham nem mesmo conhecimento.

A sistematização gramsciana recolhe a idéia do "compromisso" como condição da objetividade e eficácia do conhecimento político, mas refaz, indiretamente, o conceito de conjuntura à luz de sua teoria sobre a temporalidade própria do campo político. Gramsci introduz os conceitos de tempos e crises orgânicas, próprias dos blocos históricos, sustentados por hegemonias claras,

daí derivando-se a idéia de tempos e crises políticas não orgânicas. A diferenciação entre os dois não é simples como vimos, e quando Gramsci intenta equacioná-la, choca-se com as dificuldades próprias do que Poulantzas e outros criticarão, mais tarde, com tamanha veemência: o historicismo. Sem repetir o que já vimos, o problema está em que, não estando bem esclarecidas as relações entre a economia e a política, a natureza das crises só pode ser identificada a posteriori.

Assim mesmo, Gramsci consegue definir, com extrema clareza, o objeto central das análises político-conjunturais: as relações de força, estabelecidas nos âmbitos internacional e nacional, e nos níveis social, político e militar, sem escapar, contudo, à suposição de que a luta política de classes, não sendo do tipo soma zero, virá, necessariamente, a sê-lo, acompanhando o acirramento das contradições e crises econômicas.

Poulantzas é sem dúvida quem vai mais longe, tentando desfazer-se das ambiguidades originárias. Autonomizando as estruturas e definindo objetivos e lutas distintas para cada uma das práticas que lhes são correspondentes, Poulantzas desmonta o modelo arquitetural da infra e supra-estrutura. Constrói uma temporalidade de formações sociais que se fragmenta em estágios e fases, e define o tempo conjuntural como o momento em que se manifesta de forma politicamente condensada o conjunto da formação em seu estágio de desenvolvimento alcançado. Dentro dela, contudo, os atores, desembaraçados das "chapas de matrícula que as classes sujeitas trariam às costas", são identificáveis pela presença de "efeitos pertinentes" cuja definição é circular, remetendo-nos, ao fim, de novo, à determinação em última instância das estruturas produtivas.

Nenhum dos autores mencionados absorve, em suas análises concretas, ou em seus sistemas conceituais, os avanços representados pelo Capital e pela teoria econômica em geral. Assim, em particular, com o chamado movimento da economia, cuja periodicidade cíclica, certamente, teria muito a contribuir para uma reflexão sobre o tempo político, como bem o viram Braudel e Vilar.

Não é de estranhar, assim, que na trilha dessas dificuldades "clássicas", as análises político-conjunturais de inspiração marxista apresentem em geral problemas e insuficiências recorrentes. Oscilam entre duas alternativas básicas: ora dinamizam a política, parametrizando a economia, ora dinamizam e recortam o movimento econômico, mantendo constante a duração política. Para concluir que a maioria das conjunturas analisadas são momentos de "transição". Como, do ponto de vista analítico, as transições definem-se pela ruptura dos códigos "normais" de remissão da economia à política e vice-versa, elas acabam formando-se, apenas, em um refúgio a mais de nossa dificuldade para entender a história política e seus tempos. A partir daí, decorrem logicamente as infindáveis e estereis discussões sobre as chamadas "autonomias relativas".

3 - ALGUMAS ANOTAÇÕES FINAIS

Esta longa revisão não foi um mero exercício iconoclasta. Inscribe-se no esforço de pensar a temporalidade política, pesquisando um fragmento seu, cuja definição, até hoje, mantém-se submetida ao senso comum: o tempo conjuntural. Certos de que só uma adequada conceitualização nos permitiria avançar na construção de um método para o seu estudo, revimos algumas teorias que, reduzindo ao mínimo o problema da imprevisibilidade do comportamento humano, conseguem delimitar e fragmentar o tempo histórico de seus respectivos objetos. Comentamos, assim, as teorias do confronto bélico e da competição econômica, como formas limites de relacionamento social, para, a partir delas, discutir a teoria das classes como fundamento das relações políticas, concluindo que, em todas as reduções teóricas, mantém-se como dificuldade um resíduo irreduzível de liberdade, que perpassa todo o comportamento humano, constituindo-se no nó górdio da dificuldade de conceitualizar e analisar o tempo conjuntural.

Nessas anotações finais, não queremos avançar nada de substantivamente novo. Apenas sugerir algumas linhas que, talvez, possam orientar uma pesquisa mais específica, sobre alguns desdobramentos histórico-concretos do tempo político. Anotações ainda desconexas que desejam propor e anunciar esforços futuros.

3.1 - Cremos, com Poulantzas, que o tempo conjuntural é um tempo essencialmente político, na medida em que é nele que as condições estruturais assumem sua máxima condensação e atualidade, fazendo-se conflito e encontrando, na luta e na inventividade humana, as suas transitórias soluções. A conjuntura não se constitui, assim, em uma realidade distinta da estrutura, porquanto ela é apenas a "incerteza" contida no movimento de estruturas que, em seu "momento atual", estão grávidas de uma futuridade não deduzível. Nesse sentido, o conceito de conjuntura só é aplicável rigorosamente, a situações presentes, onde, na convergência do conhecimento sobre o passado com as expectativas sobre o devir, nascem, na consciência coletiva, os projetos que antecipam e promovem as

alternativas futuras. Ou, a situações passadas, em que consigamos desmontar a inquestionabilidade de uma história já vivida, para reencontrar em cada uma de suas curvas, na tensão entre a inércia das estruturas e a angústia da futuridade, o espaço próprio da imprevisibilidade.

Na natureza conflitiva que assumem as contradições estruturais, e na natureza ideológica e prospectiva que assume a consciência social, encontram-se os dois componentes que fazem da política a própria essência do tempo conjuntural. Nele não ficam canceladas as outras dimensões do real. Pelo contrário, é no espaço-tempo da conjuntura que todas elas resolvem sua "futuridade" possível através da luta política entre forças e projetos contrapostos.

Ultrapassado o "momento atual", todas as suas incógnitas, angústias e indeterminações aparecem, aos olhos do observador, como relativamente ingênuas ou falsas. Ilusões desfeitas pela ação eficaz de leis rigorosamente estruturais, cegas e independentes da vontade. No limite, as ideias e os conflitos ressurgem como mera aparência ou inútil formalidade ideológica, quando, na verdade, toda conjuntura passada também teve, nos conflitos, expectativas e projetos coletivos, uma dimensão fundamental, sem a qual, o desdobramento tido pela história ficaria ininteligível.

É por isso que o "mundo do imaginário" possui papel tão relevante na definição e na análise do tempo conjuntural. As ideias, entretanto, sem ser uma pura forma, não exaurem o espaço conjuntural. Elas apenas atualizam as contradições e antecipam as soluções, na forma de expectativas e projetos grupais. Através delas, os atores políticos racionalizam interesses, mas também defendem-se da incerteza, atualizando-antecipando um futuro que não conseguem deduzir de suas experiências passadas.

Sintetizando, as expectativas dos distintos atores contribuem, decididamente, na definição do horizonte futuro que cada conjuntura se dá de si mesma e no traçado que cada ator dará à sua ação. Dessa forma, não é possível definir o tempo conjuntural

e seu método de análise, sem compreender a forma e o conteúdo com que as forças políticas encaram e resolvem suas incertezas presentes, no plano de suas expectativas futuras.

3.2 - No estágio atual de desenvolvimento das Ciências Sociais, parece-nos inviável qualquer intento de clarificar os ritmos conjunturais e seus graus interiores de liberdade, a partir de alguma teoria geral da história e da sociedade. Consideramos, por isso, uma bela porém utópica proposta, o projeto implícito no conceito que P.Vilar nos dá da conjuntura como "conjunto de condições — psicológicas, políticas, sociais, econômicas, meteorológicas, etc. — articuladas entre si que caracterizam um momento no movimento global da matéria histórica".

Creemos, assim mesmo, que Braudel indica o caminho correto para a pesquisa do tempo conjuntural: a ruptura com o episódio, a busca das raízes estruturais e a absorção da ideia dos ciclos e interciclos econômicos na reelaboração da problemática da continuidade-descontinuidade-ruptura na história das sociedades. Mas é ele quem indica, também, a dificuldade maior dessa pesquisa: a falta de consistência na construção teórica da temporalidade política. E isso devido à complexa especificidade das relações de conflito, que nela se desdobram. Não sendo do tipo soma zero, distinguem-se do confronto bélico, pela inexistência de uma necessária "ascensão aos extremos" e de comandos centralizados que planifiquem o ritmo de um tempo que é o das estratégias. Tampouco as relações de poder obedecem a alguma mão invisível que as conduza cegamente em direção a um conflito catastrófico, e menos ainda, a um equilíbrio de tipo newtoniano. Os atores e os enfrentamentos envolvidos nas relações de poder são múltiplos, heterogêneos e assíncronos. Seus projetos nem sempre colidem e suas expectativas raramente são racionais com respeito a fins.

Por outro lado, não havendo estratégias nem razões hipotetizáveis que comandem o tempo, racionalizando a ação, tampouco se conhece o suficiente sobre a natureza dos ciclos (se os há) e das crises políticas, sendo essa uma das razões do congelamento

sofrido pelo modelo de análise das relações políticas, fundado no interesse e na vontade das classes sociais.

Dessa forma, não seria errado concluir que as análises políticas que incorporam a duração histórica estão, na organização da temporalidade de seu objeto muito aquém da teoria econômica. E isso porque seu objeto se encontra muito além da tentadora esquematização sistematizada pela teoria da Guerra. Se as dificuldades das análises econômica e militar concentram-se na dimensão política de seu objeto, a análise política assume como sua tarefa precípua, pesquisar a própria essência daquela dificuldade, condensada em toda sua complexidade, no momento conjuntural.

Até hoje, como vimos, apenas a ciência econômica conseguiu trabalhar de forma rigorosa o tempo conjuntural, e isso porque, certamente, foi a única que logrou construir uma teoria dos ciclos. Nesse sentido, acreditamos com Braudel que o passo a ser dado pelas demais Ciências Sociais, e pela Política em particular, consiste na absorção daquela dimensão do tempo econômico. Mas, mais do que isso, cremos que a pesquisa da conjuntura política supõe a identificação de ciclos que recortem um movimento próprio da luta e das instituições políticas.

Avançando nessa direção, o caminho passa, segundo nosso entendimento, pela generalização de elementos histórico-descritivos referidos a sociedades concretas. A partir daí, talvez, possamos aprofundar na delimitação de tempos e ciclos válidos, inicialmente, para aquela sociedade estudada, definindo tendências, recortes do tempo passado e previsões a partir do tempo presente que nos farão avançar na discussão mais ampla do tempo conjuntural.

3.3 - Nessa perspectiva, nosso interesse é definir o espaço e o tempo de conjunturas políticas em um tipo específico de sociedade de capitalista, onde a industrialização — quando ocorreu — o fez de forma tardia, truncada e internacionalizada; onde o Estado foi obrigado a assumir funções inéditas; até hoje ainda não bem compreendidas; onde a Nação carece de identidade; onde a sociedade

civil inexistente ou é altamente inorgânica e onde as instituições políticas são profundamente instáveis.

Sociedades nas quais, a ação de todos os atores, sociais e políticos, sofre o efeito de sua peculiar situação estrutural, internacionalizada dentro de um mundo economicamente unificado, porém ideológica e estrategicamente bipolarizado. Situação cujas consequências mais destacadas, para a definição dos atores e do espaço conjuntural, são:

- a) a localização de todos os conflitos políticos internos, num contexto geo-político mundializado e bipolarizado, o que dissolve, parcialmente, as endogenias nacionais, colocando os seus Estados-Nações periféricos num jogo cruzado de determinações que escapam completamente a seu controle;
- b) a aceleração, absolutamente revolucionária, do processo de produção e difusão de idéias e informações, feito a nível mundial, e que alimenta os horizontes ideológicos e estratégicos dos atores políticos nacionais. A velocidade da comunicação desritma, assim, o mundo ideológico com relação à velocidade de reestruturação e cristalização das relações de apropriação da riqueza, produzindo, como consequência, um descolamento permanente entre as ideologias e seu fundamento de classe. Com isso, as idéias ficam, permanentemente, "fora de seu lugar", desenhando-se todos os projetos coletivos segundo modelos e padrões que não são elaborados no espaço-tempo puramente nacional;
- c) e, finalmente, a radical reordenação do mundo dos interesses e paixões. Recortam-se uns e brotam as outras, de maneira "heterodoxa", com relação aos esquemas tradicionais de análise, tornando-se irreal a reconstrução de situações históricas e a análise de situações conjunturais, com base apenas no estudo de projetos que correspondam, supostamente, a interesses cujo fundamento material esteja na estrutura produtiva nacional.

Nessas sociedades, parece quase impossível delimitar as

fronteiras da arena política. O que se faz ainda mais difícil, quando se têm em conta serem altamente inorgânicas, com sistemas legais instáveis e de baixa legitimidade; com atores sociais e políticos fragmentados, desestruturados e, aparentemente, inconstantes; conduzindo-se de forma predominantemente — segundo as aparências — emocional ou tradicional, muito pouco condizente em suas fantasias, com a hipótese das "expectativas racionais".

As organizações partidárias, quando existem, se reproduzem de forma fluida e regionalizada, segundo uma dinâmica que pouco tem a ver com suas estruturas internas e seus programas doutrinários. Suas bases sociais fragmentam e reúnem sem homogeneizar, numa ação orgânica, uma vontade política que afunde suas raízes nos interesses das classes fundamentais. Como decorrência, os atores políticos dificilmente representam interesses nítidos, aparecendo em cada conjuntura, na forma de grupos e cliques que se refazem ao sabor de objetivos que, no mais das vezes, encontram no próprio Estado, sua base material. E isso porque esses grupos ramificam-se por dentro do aparelho do Estado, fragmentando-o e parasitando-o, numa luta sem quartel, em torno de suas decisões e políticas.

Nessas sociedades, as pequenas "confrarias" — estatais ou privadas, militares ou civis, legais ou ilegais — podem adquirir uma preeminência que não corresponde à sua força "real", na condução de determinadas conjunturas políticas. E isso, na medida em que, por comandarem os meios de comunicação social, podem transformar um mundo de suspeitas e sussurros na realidade política de toda uma nação. Na medida em que o sistema de informação e comunicação substitui o sistema partidário clássico, faz-se ainda mais decisiva a influência das idéias e valores que, gerados mundialmente, articulam-se por sobre as fronteiras nacionais, criando e movendo grupos que orientam suas expectativas e ações segundo horizontes transnacionais.

Nestas sociedades, heterogêneas, fragmentadas e gelatinosas, sem usos, nem costumes, nem instituições legitimadas, o espaço das conjunturas políticas não se recorta jamais, segundo inte-

resses e incluindo atores, cuja base seja politicamente só nacional. Pelo contrário, as conjunturas incluem uma rede de canais intercomunicados que, superando as fronteiras nacionais, acionam um complexo sistema de filtragens por onde constroem-se interesses, nascem e morrem grupos e tomam-se as principais decisões políticas.

Por outro lado, devido ao baixo grau de institucionalização dos grupos e cliques, cresce sua sensibilidade às iniciativas dos demais, seu temor ao inesperado, sua incerteza futura, criando-se uma expectativa constante de ameaça, o que dá às conjunturas políticas, uma face de "crise permanente".

Por tudo isso é que, naquelas sociedades periféricas, parece definitivamente cancelada a lei da correspondência entre as ideologias, os interesses, as organizações e o movimento material que sustenta — de "forma inconsciente e cega" — as suas histórias nacionais. Nelas, é como se estivéssemos frente a sociedades sem identidade nem temporalidade próprias.

Aqui, contudo, situa-se o grande paradoxo. De certo ponto de vista, todas as dimensões sucintamente resenhadas inviabilizam qualquer esforço por pensar recorrências, que organizem o espaço e o tempo político destas sociedades. Faltam-lhes todos os quesitos de estabilidade tão minuciosamente examinados por Weber. E, no entanto, parece-nos, ao contrário, que elas apresentam uma sólida, ainda que "heterodoxa" estrutura política, estável em seus mecanismos de dominação. Ainda mais, desenham, em seu desenvolvimento político, movimentos cíclicos fortemente recorrentes, através dos quais materializam-se inequívocas tendências de longo prazo.

3.4 - Como explicar esse fenômeno que escapa às previsões de qualquer teoria sobre a estabilidade das instituições e expectativas políticas ?

Existe, hoje, o mais completo consenso sobre o fato de

que, na história real do capitalismo, o Estado assumiu, a partir dos anos 30, sobretudo, uma relevância crescente em seu papel de organizador e estabilizador dos sistemas econômicos. As duas grandes guerras e a crise dos anos trinta explicitaram os aspectos mais dramáticos da nova etapa — imperialista — de uma economia capitalista que, altamente concentrada, já não obedecia equilibradamente a mecanismos puros de mercado. As crises cíclicas, tanto quanto a violenta competição internacional, exigiram uma intervenção crescente do Estado, no intento de administrar ou postergar as crises e de proteger os vários interesses nacionais na luta por novos mercados. Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial assistiram ao apogeu desse intervencionismo bem sucedido, ressuscitando as ilusões de um "superimperialismo" e de um Estado do bem-estar social.

Nesse sentido, desde os anos trinta pelo menos, o Estado assume papel absolutamente central em todas as economias capitalistas, não sendo mais possível pensar o movimento econômico e cada uma de suas conjunturas, sem incluir, do ponto de vista prático e teórico, a participação endógena da ação estatal. Economia e política perdem, definitivamente, qualquer aparência de "externalidade". De todos os pontos de vista, agora, as duas dimensões movem-se, de forma cada vez mais integrada.

Em outras palavras, se o movimento da economia não é mais compreensível, se o conhecimento das iniciativas estatais, o movimento da luta política, passa a girar, prioritariamente, em torno de decisões cada vez mais minuciosas e complexas de política econômica. A economia e a política não se encontram mais apenas no longo prazo. O curto prazo da política é, crescentemente, o curto prazo de uma política econômica que querendo administrar as crises num mercado oligopolizado, se responsabiliza pela distribuição da riqueza, entre os distintos grupos que lutam, na arena política, pelo produto social. As políticas estatais transformaram-se no locus privilegiado, onde se disputa e decide a alocação de que se todos os valores socialmente apetecidos, passando sua posse pelo poder e pela maquinaria institucional do Estado. A competição econômica se fez, nesse sentido, uma competição por recursos polí

ticos, enquanto as lutas corporativas e partidárias pela riqueza econômica se deslocaram para dentro do Estado, girando em torno às decisões de política econômica.

Nos países da periferia capitalista que lograram industrializar-se, o Estado, ademais de suas funções comuns aos outros países, assumiu outras novas que lhe conferiram um estatuto absolutamente inusitado. Aí, ele não apenas organiza e defende economias nacionais que se oligopolizaram, como assume o próprio comando do processo de desenvolvimento, que passa pela indução necessária de uma industrialização acelerada. Além disto, dadas as características periféricas dessas industrializações, ocorridas sob a égide dos países centrais e de estruturas produtivas altamente internacionalizadas, cabe-lhe uma outra função, a de gerir a inserção destes países no sistema econômico mundial, articulando os interesses internos e externos às suas fronteiras geográficas.

Resumidamente, nestes casos, cabe à ação estatal a múltipla tarefa de promover o crescimento, administrar o ciclo econômico, disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção mundial dos interesses nacionais, o que lhe outorga, ao Estado, uma posição decisiva na reprodução econômica, social e política daquelas sociedades. Estressado por estas funções, muitas vezes divergentes, agiganta-se sua estrutura, debruçando-se sobre a tessitura social e encapsulando os interesses, ali, embrionariamente existentes. Sua intervenção e sua política econômica, em particular, definem os objetivos de curto e longo prazo da sociedade como um todo, decidindo sobre seus planos estratégicos e táticos de implementação. Mais do que nos países centrais, aqui, é a política econômica que estabelece os horizontes coletivos, organizando, em torno ao seu processo de decisão, todos os momentos conjunturais, assim como, a multiplicidade infinita de atores, com seus interesses e expectativas tão heterogêneos.

Donde, em cada conjuntura, existe um ator, cujo poder excede ao de todos os demais, comandando, de certa forma, a própria temporalidade social, seus limites maiores e suas fragmentações interiores. É o Estado quem define o problema central de cada mo

mento, balizando as expectativas de atores que só adquirem sua organicidade e racionalidade, quando pensados no movimento interior deste Leviatan gigantesco e frágil a um só tempo. Dentro dele, germinam interesses e grupos heterogêneos, tanto quanto as arenas onde se desdobram os seus conflitos políticos. Seu poder de fragmentação da base material dos interesses coletivos é de tal ordem que, de certa forma, ela se traslada para dentro do próprio Estado, outorgando uma lógica perfeitamente orgânica ao comportamento dos grupos e cliques já comentados. Na verdade, a sociedade civil não é propriamente inorgânica, ela inexistente, cancelada e substituída por uma outra realidade, a de um mundo societário que desenrolva suas raízes ao interior da imensa e heterogênea ramificação assumida pelo aparelho estatal.

Sim, porque no cumprimento deste papel estrutural, o Estado se expande, centralizando funções e desconcentrando ramificações. Nesse ponto, segundo nosso entendimento, esconde-se a chave da temporalidade política específica das sociedades periféricas. Centralização de funções, fragmentação social, acumulação econômica e desconcentração do poder são quatro dimensões que se articulam, nestes países, segundo uma dinâmica que Pareto viu como sucessão de longos períodos de concentração, seguidos por outros tantos de descongestionamento feudalizante do poder. Esse movimento de longo prazo combina-se de forma acorde, ainda que um tanto paradoxal, com a instabilidade e incerteza que marcam as expectativas e ações dos atores políticos no espaço-tempo conjuntural.

Desde uma ótica marcada pelo inadequado conceito de sociedade civil, tudo, dentro destas sociedades, parece caótico e imprevisível. Nelas não existem, nem jamais existirão, movimentos sindicais, organizações partidárias ou sistemas de representação ao estilo dos modelos europeu ou norte-americano. De uma ótica, entretanto, que privilegie a vida societária ao interior do Estado, articulada em torno ao traçado da política econômica, ciclos econômicos e ciclos políticos se interpenetram segundo uma tendência onde a temática ideológica e as crises políticas reencontram seu lugar e suas recorrências.

Inicia-se aqui, uma outra pesquisa, sobre as leis desse movimento que empurra inexorável o tempo econômico e político destas sociedades. Só à luz desta dinâmica, adquirirá sentido o conceito, e eficácia o método, de análise do tempo conjuntural, segundo seu ritmo adquirido nas sociedades da periferia capitalista.

BIBLIOGRAFIA

- BALIBAR, E., LUPORINI C., TOSEL A., Marx et sa critique de la politique, F. Maspero, Paris, 1979.
- BRAUDEL, F., História e Ciências Sociais, Ed. Presença, Lisboa, 1972.
- _____, Civilization Materielle, Economie et Capitalisme, XV - XVIII Siecle, Paris, Armand Colin, 1979.
- CLAUSEWITZ, C. Von, Da Guerra, Martins Fontes, S.Paulo, 1979.
- ENGELS, F., Le Revolution Democratique Bourgeoise en Allemagne, Ed Sociales, Paris, 1951.
- GLUKSMANN A., Le discours de la Guerre, L'Herme, Paris, 1970.
- GRAMSCI A., Obras Escolhidas, Martins Fontes, 1978, SP.
- _____, La politica y el Estado Moderno, Ed. Peninsula, Barcelona, 1971.
- LENINE, V.I., Obras Escolhidas, Alfa Omega, S.Paulo, 1979, vol.1.
- LUKACS, G., Lenine, EDI, Paris, 1965.
- MARX, K. e ENGELS, F., Obras Escolhidas, Editorial Alfa Omega, S.Paulo, vols. 1, 2.
- _____, Antologia Filosófica, Estampa, Lisboa, 1971.
- MUTH, J.F., "Rational expectations and the theory of price movements", Econometrica, vol.29, nº3, julho, 1961.
- PARETO, V., La transformation de la Democratie, Librairie Droz, Paris, 1970.
- POULANTZAS, N., Poder Político e Classes Sociais, Portucalense Editoria, Lisboa, 1971.
- _____, O Estado em Crise, Graal, RJ, 1977.

- TROTSKY L., The Permanent Revolution, Pathfinder Press, N.York, 1978.
- VILAR, P., Iniciacion al vocabulario del analisis historico, Grijalbo, Barcelona, 1980.
- WEBER, M., Economia y Sociedad, FCE, Mexico, 1977.